



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA



ELIETE ALMEIDA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
NO ASSENTAMENTO EMÍLIANO ZAPATA, UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA/MG

2023

ELIETE ALMEIDA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
NO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA, UBERLÂNDIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

UBERLÂNDIA

2023

ELIETE ALMEIDA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
NO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA, UBERLÂNDIA-MG**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior (IG/UFU)

Profa. Ms. Patrícia Santos - UFU

Prof. Ms. Tony Garcia Silva - IFTM – Uberlândia

Data: ____/____/____ de _____

Resultado: _____

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2023	<p>Santos, Eliete Almeida dos, 1974- AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA, UBERLÂNDIA-MG [recurso eletrônico] / Eliete Almeida dos Santos. - 2023.</p> <p>Orientador: João Cleps Junior Cleps Junior. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Cleps Junior, João Cleps Junior , 1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	GEOGRAFIA - BACHARELADO				
Defesa de:	GGE047 - Trabalho Final de Graduação 4				
Data:	27/11/2023	Hora Início:	de 09 h	Hora Encerramento:	de 12 hs
Matrícula do(a) Discente:	11521GEO207				
Nome do(a) Discente:	Eliete Almeida dos Santos				
Título do Trabalho:	"AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA, UBERLÂNDIA-MG"				
A carga horária curricular foi cumprida?	(X) Sim () Não				

Reuniu-se, utilizando a plataforma *ConferênciaWeb - RNP*, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia, assim composta: Dr. João Cleps Junior (Universidade Federal de Uberlândia - UFU), orientador da candidata; a Ms. Patrícia Santos (Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE) e o Ms. Tony Garcia Silva (Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM).

A defesa foi realizada virtualmente, conforme aprovado na 4ª reunião do Colegiado do Curso de Geografia, realizada em 25/07/2022.

Iniciados os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. João Cleps Junior, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata; agradeceu a presença do público e concedeu a palavra a discente para exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir o presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Terminada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata **APROVADA**, com **Nota: 70,0 (Setenta)**

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados. Foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/11/2023, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Santos, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tony Garcia Silva, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliete Almeida dos Santos, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4994268** e o código CRC **3240EDE3**.

Aos meus pais, em memória.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade concedida de realizar meu sonho de cursar Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. Esse era um sonho que parecia impossível para uma jovem vinda do interior de Goiás, estudante de escola rural – mas que teve na pessoa da professora primária Maria Rosa uma incentivadora incondicional para a busca do saber.

Agradeço minhas irmãs, meus amigos que sempre acreditaram em mim e estiveram ao meu lado, dando-me forças e acalmando-me nas horas difíceis. Aos meus pais, que se foram, mas que sempre estiveram entre nós. Eles estariam muito orgulhosos de ver a primeira de suas filhas formando-se em uma Universidade Federal.

Aos meus professores, os quais contribuíram diretamente para que eu alcançasse o tão sonhado curso superior.

Gratidão ao Prof. Dr. João Cleps Junior, excelente docente; dedicado, sempre disposto a ajudar no que fosse preciso, por despertar em mim a paixão pelo estudo da agricultura familiar. Sem a sua colaboração, incentivo e disponibilidade, eu não teria conseguido.

Ao povo brasileiro; trabalhadores, pagadores dos impostos, que custearam a minha formação.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas para a agricultura familiar no Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia-MG, apresentando as consequências das reduções dos investimentos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as quais se deram a partir de 2016 e foram analisadas até o ano de 2022. A pesquisa sobre o tema busca descrever a origem da agricultura familiar no Brasil, efetuando uma abordagem histórica que vai da agricultura camponesa, passa pela agricultura campesina e alcança sua classificação atual. Busca-se, ainda, interpretar as consequências sofridas pelos agricultores familiares com a diminuição dos recursos do governo federal oferecido via linhas de crédito operadas pelo Pronaf, bem como na pandemia da COVID-19. Para tanto, utilizou-se como norteamento a perspectiva de autores que abordam a temática e documentos legais que tratam da gestão a ser desenvolvida no âmbito escolar. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, na qual se fez opção pela perspectiva do materialismo histórico na análise dos dados, obtidos na participação do Seminário Regional de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar da Secretaria Regional da Educação de Uberlândia-MG, visita, bem como por meio de coleta de informações na Sala da Cidadania do Incra e junto à nutricionista responsável pela lista de produtos a serem adquiridos da agricultura familiar pela Prefeitura de Uberlândia-MG. Por último, entrevista com a dirigente da Coopercampra. Posteriormente, houve visita ao Assentamento Emiliano Zapata, localizado na zona rural de Uberlândia-MG a fim de conhecer a Cooperativa, suas instalações, o funcionamento agroindustrial no Assentamento, bem como o processo de industrialização da mandioca, produto do plantio local. Verificou-se, com o estudo, que as grandes reduções de investimentos nas linhas créditos ligados ao Pronaf causaram e causam impactos significativo no Assentamento.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Pronaf. PNAE. PAA

ABSTRACT

This research aimed to analyze public policies for family farming in the Emiliano Zapata Settlement in Uberlândia-MG, presenting the consequences of reductions in investments in the, National Program for Strengthening Family Agriculture, (Pronaf), in the Programa Nacional de Merenda Escolar (National School Lunch Program, PNAE) , in the Programa de Aquisição de Alimentos (Food Acquisition Program, PAA) and in the Companhia Nacional de Abastecimento (National Supply Company, CONAB), implemented from 2016. The analysis took a time frame up to the year 2022. Research on the topic seeks to describe the origin of family farming in the Brazil, taking a historical approach that goes from peasant agriculture, passes through peasant agriculture and reaches its current classification. We also interpret the consequences for family farmers with the reduction in resources offered by the federal government through credit lines operated by Pronaf, as well as during the COVID-19 pandemic. To this end, the perspective of authors who address the topic and legal documents that deal with management to be developed in the school environment were used as guidance. This is a field research, with a qualitative approach, in which the perspective of historical materialism was chosen in the analysis of the data, obtained in the participation of the Regional Seminar on School Food and Family Agriculture of the Regional Education Secretariat of Uberlândia-MG, visit, as well as by collecting information in the Incra Citizenship Room and with the nutritionist responsible for the list of products to be purchased from family farming by the City of Uberlândia-MG. Finally, interview with the director of Coopercampra. Subsequently, there was a visit to the Emiliano Zapata Settlement, located in the rural area of Uberlândia-MG in order to learn about the Cooperative, its facilities, the agro-industrial operation in the Settlement, as well as the industrialization process of cassava, a product of local cultivation. The study found that the large reductions in investments in credit lines linked to Pronaf caused and continue to cause negative impacts on the Settlement.

Keywords: Family farming. Public Policies. Pronaf. PNAE. PAA

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AG – Agricultura Familiar

ACAMPRA – Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ATER – Assistência Técnica e a Extensão Rural

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CCU – Contrato Concessão de Uso

CDS – Coordenação de Desenvolvimento Socioprodutivo

CIEPS – Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOFARP – Cooperativa Familiar Agropecuária Rio das Pedras

COOPERAF – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região

COOPERCAMPRA – Cooperativa Camponesa da Reforma Agrária

COOPERSAFRA – Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar, Reflorestamento e Agroecologia

COOTERTANG – Cooperativa dos Produtores do PA Nova Tangara

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instituto de Nutrição

INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTTS – Movimento das Mulheres, das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Simpatizantes.

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MP – Mobilização Política

MR – Mobilização de Recursos

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OLC – Organização de Luta pelo Campo
OMS – Organização Mundial da Saúde
PA – Projeto de Assentamento Federal
PAA – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PAGM – Plano Agrícola do Governo
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PGPAF- Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PMAE – Programa Municipal de Alimentação Escolar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PNMPO – Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado
PRONAF – Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAF – Agricultura Familiar e Cooperativismo
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF – Programa de Seguro da Agricultura Familiar
SEAF – Secretaria Especial de Assuntos Federativos
SICF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRE – Secretaria Regional de Educação
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrária

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Geografia dos Movimentos Sociais.....	63
Mapa 2 – Distribuição dos Assentamentos Rurais em Uberlândia (2023).....	73
Mapa 3 – Área Assentamentos Rurais em Uberlândia (2023).....	74

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasil: Agricultura familiar e não familiar – Proporção das áreas dos números de estabelecimentos (2017).....	26
FIGURA 2 – <i>Banner</i> no P. A. Emiliano Zapata.....	76
FIGURA 3 – Canteiros de plantações novos no P. A. Emiliano Zapata.....	77
FIGURA 4 – Plantio de tomates no P. A. Emiliano Zapata.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Brasil: Distribuição da área e quantidade de estabelecimentos rurais de acordo com os grupos de área Brasil (2017).....	25
GRÁFICO 2 – Brasil: Liberação de crédito Pronaf por período (2000-2018).....	35
GRÁFICO 3 – Uberlândia-MG: Total de agricultores residentes (2017).....	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Brasil: Programas atendidos pelas políticas públicas do Pronaf.....	31
QUADRO 2 – Brasil: Classificação dos agricultores familiares segundo a DAP.....	36
QUADRO 3 – Brasil: Grupos e linhas atendidas no Pronaf. Banco do Nordeste Plano Safrá (2022/2023).....	40
QUADRO 4 – Uberlândia-MG: Projetos de assentamentos rurais (2023).....	44
QUADRO 5 – Brasil: Medidas que visam melhorar a capacitação do agricultor familiar – EMATER/MG (2023).....	49
QUADRO 6 – Brasil: Modalidades de aquisição de alimentos do PAA – Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos Agricultores Familiares (2022).....	51
QUADRO 7 – Brasil: Movimentos socioterritoriais no Estado de Minas Gerais (1990-2012).....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Brasil e regiões geográficas: Evolução dos empréstimos concedidos pelo Pronaf (Em R\$ milhões, de 2020 a 2018)	34
TABELA 2 – Uberlândia-MG – Número e área de estabelecimentos agropecuários atendidos pelo Pronaf (2006 e 2017)	37
TABELA 3 – Brasil: Recursos disponibilizados pela Conab/PAA (2010/2020)	56
TABELA 4 – Brasil: Quantidade e valor dos contratos por região - Pronaf (2013-2022)	57
TABELA 5 – Brasil: Plano safra, agronegócio e agricultura familiar (2018/2023)	58
TABELA 6 – Uberlândia: Preços de referência da agricultura familiar, ano 2023 (em R\$ bilhões)	78
TABELA 7 – Uberlândia: Cooperativas e número de cooperados da agricultura familiar em 2023.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	19
2.1 Contextualização da agricultura familiar no Brasil.....	20
2.2 As Políticas Públicas para a agricultura familiar: o caso do Pronaf.....	27
2.3 O Pronaf em Uberlândia: desafios e perspectivas.....	35
2.3.1 O processo de criação dos assentamentos rurais.....	43
2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	45
2.5 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	50
2.6 O declínio nos investimentos das Políticas Públicas para a agricultura familiar.....	52
3 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	60
3.1 Território e a territorialidade.....	66
3.2 Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST.....	67
4 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: P. A. EMILIANO ZAPATA.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS DO PROJETO ASSENTAMENTO P. A. EMILIANO ZAPATA (PERGUNTAS E RESPOSTAS ANOTADAS PELA PESQUISADORA)	
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O(A) DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA (PERGUNTAS E RESPOSTAS ANOTADAS PELA PESQUISADORA)	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os efeitos das reduções dos investimentos no Pronaf para a agricultura familiar (af) no município de Uberlândia-MG, ocorridos nos últimos anos, a partir de 2016, indo a análise até 2022. Contextualizando a discussão, buscou-se descrever a história da agricultura familiar no Brasil e seus parâmetros de classificação, dimensionando a importância dessa modalidade de agricultura no abastecimento e na produção de alimentos nos lares brasileiros. Buscamos apresentar os impactos sofridos pelos agricultores familiares com a diminuição dos recursos do governo federal.

A motivação para o desenvolvimento do trabalho surgiu de uma inquietação pessoal durante a graduação em Geografia, iniciada em 2015. Por outro lado, contribuir com a construção do conhecimento sobre a agricultura familiar no município de Uberlândia-MG motiva também o desenvolvimento da pesquisa, pois é na modalidade familiar que a oferta de alimentos proporciona nutrição adequada, variedade de produtos e benefícios para o consumo da população brasileira.

A agricultura familiar brasileira é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da Reforma Agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho e raiz de mandioca, pecuária leiteira, criação de gado de corte, de ovinos, suínos, aves e caprinos, produção de olerícolas, feijão, cana, arroz, café, trigo, mamona, frutíferas e hortaliças. (Embrapa,2023)

Nesse contexto, buscamos responder a indagação de quais foram os desmontes das políticas governamentais na agricultura familiar e como ocorreram, ante os cortes de recursos, identificando as consequências desses cortes no Assentamento Emiliano Zapata.

Foi utilizado como método a pesquisa crítica, pois compactuamos com as ideias de Gil (2008) e Santos (2010), os quais sugerem esse método em pesquisas na área de educação.

Buscamos compreender o contexto histórico, em sua leitura, o que é um importante ponto para o entendimento de questões diversas, tornando possível resoluções de fatos contemporâneos.

Os procedimentos de pesquisa foram efetuados foram: levantamento de referências bibliográficas sobre o conceito e tema; pesquisa de campo no Assentamento Emiliano Zapata; entrevista com a presidente do Assentamento; reunião com a nutricionista responsável pela merenda escolar de Uberlândia; visita à Sala da Cidadania do Incra para coleta de dados; análise dos dados coletados; elaboração de mapas, gráficos e tabelas.

Foi possível agendar entrevista com os representantes das cooperativas, mesmo não tendo sido uma tarefa fácil. Foram várias as tentativas para consegui-la – por meio do envio de e-mails, ligações, mensagens via aplicativo de comunicação. Alguns agricultores cooperados aceitaram o convite para a entrevista, mas em razão de seus compromissos pessoais, as entrevistas não se tornaram possíveis.

Por fim, a presidente do Assentamento Emiliano Zapata conseguiu espaço em sua agenda e, na data 27 de outubro de 2023, às 14 horas, foi realizada a entrevista. Posteriormente, no dia 02 de novembro de 2023 foi realizada a visita ao Assentamento, conhecer o processo de produção agrícola, o beneficiamento da mandioca na agroindústria, bem como o armazenamento e o transporte dos produtos até o consumidor final.

Durante a visita, oportunizou-se conversar com a secretária financeira da cooperativa (Coopercampra), que explicou e apresentou o processo de funcionamento da estrutura da cooperativa, falando sobre o número de cooperados atuais, de quais cidades são, o valor do faturamento anual e forma de como os cooperados recebem o valor das vendas após entregar sua produção a cooperativa.

A partir do levantamento dos dados e informações, busca-se, então, responder indagações sobre os desmontes das políticas públicas governamentais voltadas à agricultura familiar, procurando demonstrar se, de fato, este ocorreu e, se ocorreu, descrever suas consequências sobre o Assentamento Emiliano Zapata.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Abordamos a Agricultura Familiar (AF) efetuando uma explanação geral que se inicia na agricultura camponesa, na qual a família toda executa a totalidade do trabalho e não havia pagamento de salário. Nesse sistema, cultivava-se a terra para a produção de alimentos e criavam-se animais, e toda a produção era destinada ao consumo da família, ou seja: a produção agrária e a pecuária atendiam à subsistência. O campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos residem no caráter familiar: volta-se às necessidades da família, organizando a partir daí o trabalho, com intensa cooperação entre membros da família e estabelecendo-se, nesse quadro, um modo vida e de cultura. (Fuentes e Frank,1989).

O trabalho a partir da mão de obra familiar e comunitária no campesinato tornou-se um meio de ocupar pequenas áreas entre os latifúndios. Uma forma de resistência frente a uma grande e nova estrutura agrícola que expulsava os pequenos produtores das terras, em uma análise mais aprofundada, posto serem os movimentos sociais antigos, remontando o tempo dos camponeses (Fuentes e Frank,1989). Outra forma de ocupação encontrada à época do campesinato se dava com a permissão do latifundiário: quando a família se instalava em um pequeno pedaço de terra, sendo possível produzir alguns alimentos – desde que toda a mão de obra fosse destinada às atividades da propriedade latifundiária.

Antes de discutir sobre agricultura familiar no Brasil, é necessário enfatizar o sistema camponês de produção, que tem origem no continente europeu e se coloca em uma relação de contrapartida ao latifúndio. No sistema de produção camponês europeu, o trabalho era realizado por toda a família, sem pagamento de salários, e a terra servia à produção de alimentos e à criação de animais. Toda a produção era destinada ao consumo da família, ou seja: a produção era voltada à subsistência.

Para Kautsky (1968) e Lênin (1980), os camponeses eram uma classe em transição e estavam destinados ao desaparecimento. Isso se daria em função das crises pelas quais a agricultura camponesa passaria no confronto com a agricultura capitalista, iniciado no processo de industrialização, quando se passou a produzir em grande escala, fazendo-se uso de tecnologias.

A baixa produtividade e a elevação dos custos de produção os eliminariam do mercado consumidor. No entanto, com suas especificidades foram capazes de absorver a pressão do mercado capitalista, manteve-se ativo o sistema, mesmo sob uma nova subordinação social.

2.1 Contextualização da agricultura familiar no Brasil

A estrutura agrária brasileira é extremamente complexa: é grande a extensão territorial, há grande diversidade nas diferentes regiões, o solo é diverso e apresenta diferentes paisagens, as variáveis econômicas e ambientais são múltiplas. As culturas, então, variam entre um estado da federação e outro, havendo interesses particulares específicos na produção, bem como diferentes estratégias de sobrevivência. Dessa forma, as culturas respondem diferentemente aos desafios, embora sejam semelhantes as restrições.

Diante de todas as especificidades, torna-se difícil definir o conceito de Agricultura Familiar no Brasil, uma vez que a própria Lei de Terras (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), criou desigualdades territoriais, forjando uma sociedade com regime e estrutura fundiária escravagista, que teve na expansão territorial a base de sua dominação política, econômica e social, herdando-se uma estrutura fundiária marcada historicamente pela exclusão dos povos indígenas, dos africanos e dos descendentes de africanos escravizados. Nesse contexto, a análise da estrutura fundiária brasileira se articula profundamente às relações sociais de produção e ao uso econômico que a sociedade e o Estado fizeram de seus recursos naturais, a começar pela terra (IBGE, 2017)

Outros países também passaram pelo processo de estruturação fundiária, sob com conflitos e com alterações sociais, porém os resultados foram diferentes. Sendo assim, contextualizamos a discussão para que seja possível entender esses resultados.

No Ocidente, já à época do Feudalismo, emergiam vários conflitos entre camponeses e os senhores feudais, detentores das grandes extensões de terras que faziam uso da mão de obra. Com o surgimento das cidades, estabelece-se a necessidade de produzir alimentos em quantidade maior e, na transição Feudalismo-Capitalismo, a crise nos dois meios de produção acirra, pois, o camponês, além de não possuir grandes extensões de terras, trabalhava com mão de obra familiar, recursos próprios e somente para a subsistência (Pietrafesa, 2007, p. 20).

A agricultura capitalista moderna, por sua vez, originou-se na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX. Com os avanços tecnológicos, mudanças significativas nos modos de produção ocorreram, acompanhadas de mudanças sociais e econômicas. Isso permitiu concentração urbana na Inglaterra, em meados do século XIX, diferentemente do que se dava no restante do mundo (Pietrafesa, 2007). Com isso, a Inglaterra se torna o melhor sistema de produção em grande escala no mundo, capaz de abastecer as grandes cidades.

Em uma perspectiva ainda mais ampla, mostram que a agricultura se torna refém das articulações dos complexos agroindustriais, onde as regras e decisões são tomadas por grupos ou nichos de poder vinculados a grandes empresas ou conglomerados transnacionais ou internacionalizados (Siqueira; Osório, 2001, p. 68).

A Inglaterra foi a primeira na implantação da forma *high farming*, uma forma de organização produtiva com caráter patronal no século XIX, considerada pelos especialistas da época como o melhor sistema de produção, capaz de atender as necessidades alimentares dos trabalhadores das fábricas. Após algum tempo obtendo lucros elevados e elevada produção, os preços dos alimentos caem, junto a queda o preço da propriedade privada.

Em meio a este contexto surge um forte movimento pela reforma agrária, na virada do século XIX. Mas a verdadeira virada só ocorreu alguns anos depois, com a grande guerra de 1914-1918... O fenômeno que *Newby* (1987, p.152) chamou de ‘*aristocratic diáspora from the land*’ (diáspora aristocrática da terra) engendrou uma mudança decisiva na estrutura de classes da sociedade rural. (Pietrafesa, 2007, p. 2).

É neste contexto que, no século XIX, ocorreu a mudança na estrutura da classe inglesa rural e a forma familiar de produzir consolidou-se na grande propriedade.

Vale informar, o modelo inglês capitalista de grandes propriedades não teve êxito no Japão devido ao fato de a economia desse país ser marcada pelas relações camponesas.

Em outros países europeus ocidentais, assim como no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia, não se demorou para perceber as desvantagens causadas na economia e social pelas oligarquias fundiárias.

O Brasil, na contramão destes países, foi ocorrendo um processo de consolidação latifundiária. A Coroa Portuguesa, buscando lealdade junto a povoação da Colônia, concedeu grandes extensões de terras a nobres portugueses, as capitânicas hereditárias, sob um sistema de concentração de terras e emergência dos grandes donos de terra. Nesse contexto surge a agricultura camponesa nacional: nasce de forma precária em vários sentidos – econômico, jurídico, social – e sem garantias de propriedade para os pequenos; exclui-se do processo de demarcação de terras a pequena propriedade.

Constatável isso, a agricultura familiar sempre esteve sob o risco da expropriação pela indústria canavieira, detentora de grandes áreas de terras e do capital financeiro, pois não era partícipe da lógica comercial instalada nas esferas de poder e posse do sistema canavieiro latifundiário. Essa expropriação nem sempre permanecia nas ameaças, mas resultava na

expulsão dos moradores dos engenhos pelos senhores de engenho, o que contribuiu para o surgimento do campesinato marginal: a *plantation*.

Os moradores expulsos dos engenhos buscaram abrigo nas periferias das cidades e passaram a trabalhar nas grandes propriedades de forma assalariada. Esses novos trabalhadores se tornaram clientes das feiras livres, e os alimentos produzidos por pequenos produtores, com pequenas propriedades próximas às cidades, passaram a receber destinação entre os próprios expropriados. Essa nova relação de consumo foi importante para a criação do assalariado rural, historicamente resiliente, e para o fortalecimento do pequeno proprietário mesmo antes as pressões dos grupos capitalistas agroindustriais.

A agricultura familiar, terminologia consolidada na década de 1990, teve início legal por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que definiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, bem como os critérios para a identificação dos agricultores familiares. Assim sendo, a agricultura familiar percorreu uma trajetória de lutas, desde então.

Diversos são os autores que abordam sobre a agricultura familiar, que pode ser classificada de várias formas, em razão de condicionantes históricos. É, portanto, importante conceituar esse segmento social.

Para Bairdi (2015, p. 45), “a agricultura familiar, ou a unidade de produção agrícola familiar, tem especificidades que a distinguem de outros empreendimentos familiares e a principal delas é a estabilidade”. Picolotto (2014, p. 22) informa que “a agricultura familiar é um modelo viável para promoção do desenvolvimento rural, com potencial para dotá-lo de qualidades relativas à sustentabilidade ambiental e à equidade social e econômica”.

Sob a ótica de Schneider (2003) *apud* Lamarche (1993, p. 18), “a exploração familiar é caracterizada como uma unidade de produção agrícola, onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família [...], exploração agrícola com a força de trabalho familiar”.

Essa perspectiva é especialmente relevante, pois permite diferenciar o processo de produção camponês, no qual a produção será voltada para o consumo e não para a troca, sendo a mão de obra familiar e não remunerada, o que possibilita autonomia social.

No Brasil, não há como discutir agricultura familiar sem falar do que realmente é primordial: o campesinato.

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar

no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (Wanderley, 1996, p. 2).

Wanderley (2014) informa que, para alguns autores, “a agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações”. Assim, discorre:

O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, mas, como afirma Marcel Jollivet (2001, p. 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (aliás, um camponês bem acordado). Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. (Wanderley, 2013, p. 47).

O termo “agricultura familiar”, é nos campos acadêmicos estadunidense e europeu, consagrado sob outros sentidos, sendo atravessado pelas críticas organizadas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria, modelo excludente e expropriador de diversas formas. No Brasil, o termo foi assumido por pesquisadores de múltiplas disciplinas e pela representação política dos trabalhadores rurais, operando nessa consagração classificatória para fazer reconhecer a legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e de agricultores parcelares, bem como da busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica, fatores – em tese – que asseguram a reprodução de modos de produção da agricultura não industrial.

Vale informar, a Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos disponibilizados ao consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da Reforma Agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção diversificada informada na Introdução deste texto, que corresponde à diversidade potencial do plantio no Brasil.

Com a gestão partilhada no interior da família, o agricultor familiar tem uma relação particular e específica com a terra – seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva, como mencionado, é característica marcante do setor, aliando, muitas vezes, produção de subsistência e uma produção destinada ao mercado local. Trabalhar com mão de obra familiar e comunitária, ocupando espaços interstícios internos e externos aos latifúndios consiste em

uma forma de resistência, encontrada pelo camponês ante novas estruturas de atividade agrícola decorrentes da agricultura dominante dos grandes empreendimentos.

Wanderley (2013) aponta que:

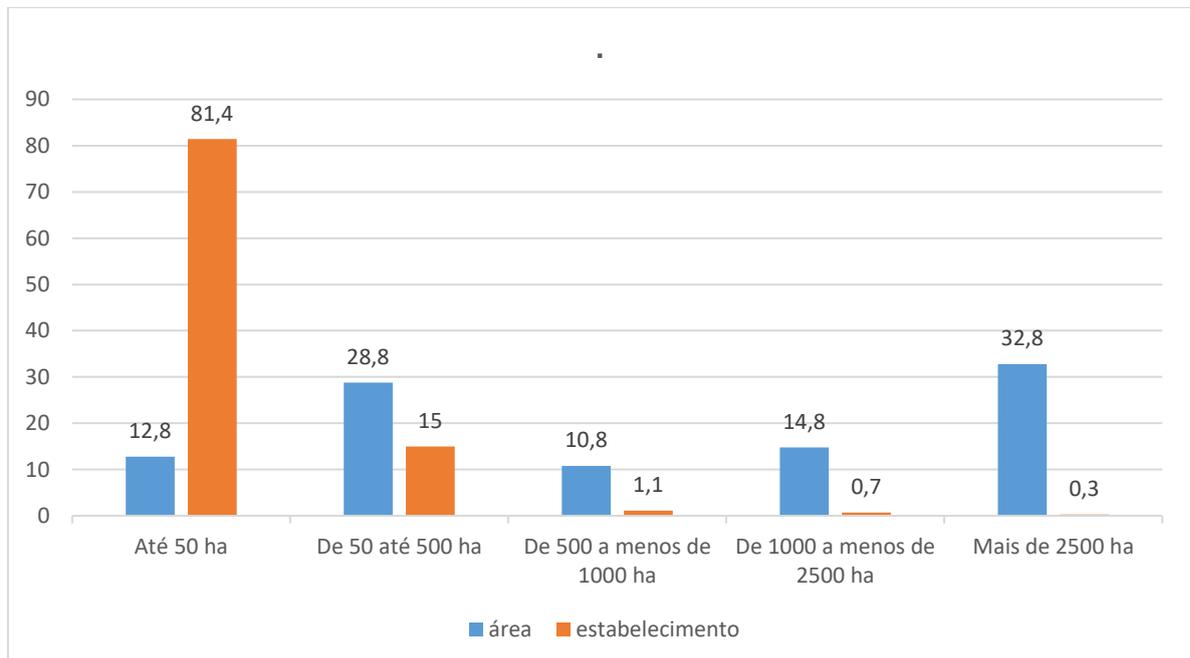
Outro sistema de posse que podemos mencionar era o de instalar em uma pequena área dentro das grandes fazendas produtoras de café e cana de açúcar, com a permissão do proprietário; famílias que trabalhavam durante o dia nas atividades principais, o que era obrigatório e quando não estavam exercendo estas atividades, os camponeses podiam produzir alguns alimentos nas áreas cedidas. (Wanderley, 2013, p. 27).

Esse sistema ambíguo de trabalho suscita indagações: afinal, seria “trabalhador rural” ou “camponês”? Para o camponês, seria a única a forma de acesso à terra e de formar uma organização produtiva de carácter familiar (mesmo que fosse de forma precária)? Vale ressaltar, havendo excedente de produção, o camponês poderia vendê-lo. Para o proprietário da terra, o sistema de recrutamento de mão de obra gerava benefícios: poderia pagar pelo trabalho ou não, já que o uso da terra estava condicionado ao vínculo de trabalho e o camponês não tinha nem oferecia garantia de permanência.

No país, cessões de terras ocorreram também de formas pontuais e precárias. No Sul, iniciativas higienistas resultaram na concessão de lotes pequenos a migrantes estrangeiros, legando-se prioridade a poloneses, alemães e italianos. Em São Paulo, os fazendeiros endividados com a crise do café de 1930 passaram a vender pequenos lotes de suas terras. Com essas vendas, produtores que trabalhavam em terras alheias tiveram a oportunidade adquirir um pequeno pedaço de chão. Essas novas possibilidades para a aquisição de pequenos lotes acabam tornando a economia camponesa mais livre e consolidada. No entanto, dificuldades surgiram na venda dos produtos gerados pela pequena propriedade rural nesses dois momentos históricos. Nesse contexto, é importante ressaltar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores a novos contextos econômicos e sociais: a presença de agricultores familiares na sociedade moderna não pode ser caracterizada apenas como uma simples reprodução do campesinato tradicional.

Conforme o último Censo Agropecuário produzido pelo IBGE, em 2017, a má distribuição de terras no Brasil não se modificou e é um problema latente. Considerando a área dos estabelecimentos rurais, 33,8% dos estabelecimentos têm extensão de mais de 2500 hectares, que correspondem a 0,3 do espaço ocupado pelos estabelecimentos rurais. Já as áreas com até 50 hectares é realidade de 81,4% dos estabelecimentos, que representa 12,8% da área ocupada pelos estabelecimentos (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Brasil: Distribuição da área geral e quantidade de estabelecimentos rurais de acordo com os grupos de área Brasil (2017)



Fonte: IBGE (2017). Elaborado pela autora a partir de dados da Fonte.

O gráfico 1, apresenta os percentuais por tamanho das propriedades no Brasil. Ao analisarmos, percebemos que a agricultura familiar corresponde a 81% do total de estabelecimentos; porém, os tamanhos das áreas ocupam 50 hectares em 2017. Embora haja um grande contingente de agricultores familiares, os agricultores ligados ao agronegócio concentram 32,8% hectares, com propriedades acima de 2500 hectares, ou seja: prevalece a grande propriedade.

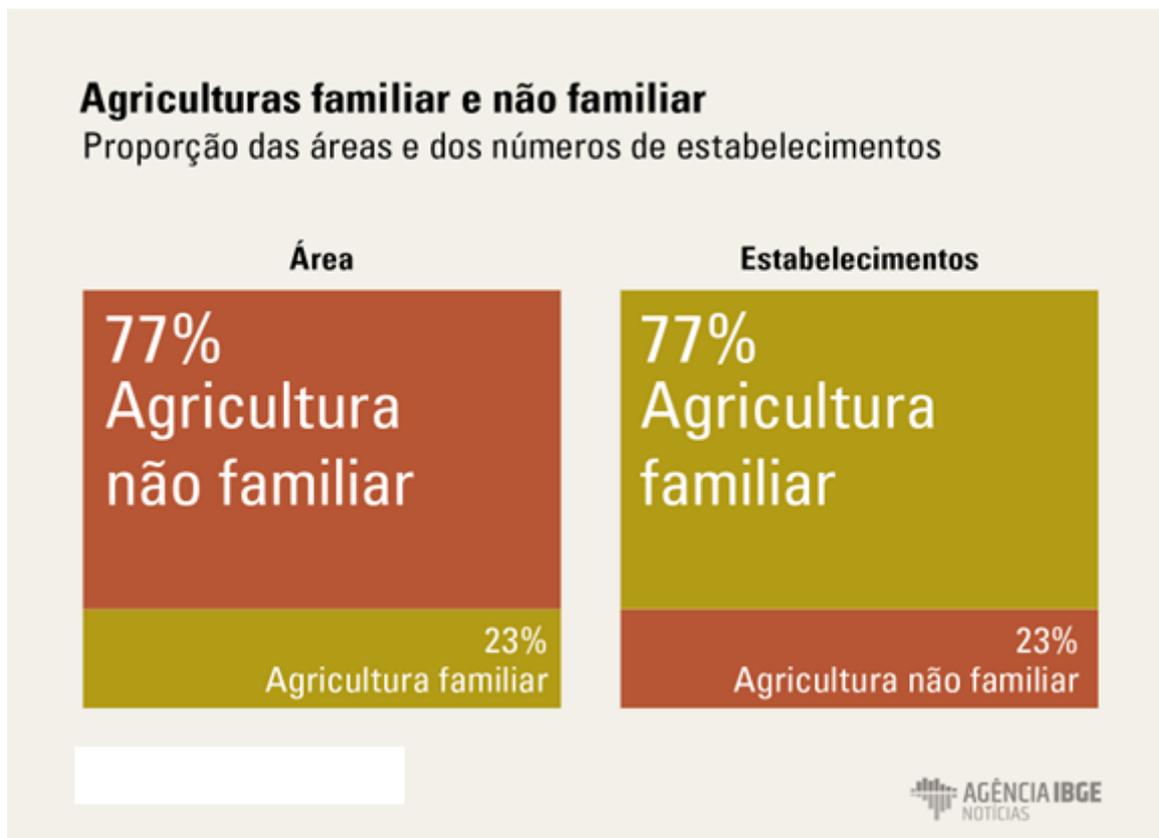
Para além desse dado, o IBGE (2020) informa que a agricultura familiar, além de ser a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil, mesmo ocupando menor extensão territorial, gera 66% das ocupações de trabalho no campo.

Mesmo com todas as dificuldades, segundo dados do IBGE (2017),

A agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de commodities agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: apenas 23% do total no país. (IBGE, 2017).

Segundo dados do Instituto, a agricultura familiar foi o segmento que comparando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, este foi o único seguimento que perdeu mão de obra, em torno de 9,5% nos estabelecimentos descritos como sendo da agricultura familiar.

FIGURA 1 – Brasil: Agricultura familiar e não familiar – Proporção das áreas dos números de estabelecimentos (2017)



Fonte: IBGE (2017).

Ainda, enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores.

Dez anos depois, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei. (IBGE, 2017).

Isso se dá porque o estabelecimento deve ter, no máximo, até quatro módulos fiscais, ter gestão da metade da renda e das atividades agrícolas totalmente efetuada pela família, assim como a metade da força de trabalho sendo familiar. Com a nova definição ocorrida em 2017,

através da Lei. 11.326/2006 e regulamentada pelo Decreto 9.04/2017, ocorreu a diminuição dos números de estabelecimentos caíssem de 4,6 milhões para 3,9 milhões.

Outros fatores – como a ida dos filhos por outras atividades em outras regiões, o envelhecimento dos pais de famílias são mudanças que acabam por provocar uma redução no número de mão de obra. Todos estes fatores contribuem de forma direta para a diminuição do número de estabelecimentos.

2.2 As Políticas Públicas para a agricultura familiar: o caso do Pronaf

Os avanços sociais no Brasil passaram a ter relevância nos últimos 20 anos, a partir da promulgação da nova Constituição Federal de 1988, embora seja complicado traçar um marco temporal para entender os processos sociais e suas transformações.

Resultado de uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, os quais necessitavam de uma política pública específica para categoria, surgiram espaços de participação social nas últimas três décadas e passaram a existir novas relações entre sociedade civil e Estado, permitindo a redefinição e a compreensão de regras que modificaram até certo ponto as condições socioeconômicas da agricultura familiar. A categoria que passou a ser reconhecida em meados de 1990 e esse reconhecimento só foi possível graças ao fortalecimento da democracia.

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. Assim, a década de noventa é marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país, passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul.

Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”. E 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”. Por outro lado, os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF. (Grisa; Schneider, 2004, p. 2).

Só após o período da Ditadura Militar, de 1964 a 1985, foi possível a discussão e construção de um diálogo sobre as questões agrárias, aprofundado em 1994, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (mandato de 01/01/1995 a 01/01/2003), atendendo reivindicações, criou o Provap – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural através da Resolução BACEN nº 2101/1994, com juros de 4% ao ano e sem correções monetárias. Essa foi uma conquista, pois o agricultor familiar não tinha uma linha de crédito específica disponível a favor do seu trabalho e produção. Porém, devido às exigências rigorosas das instituições bancárias para liberar o crédito, não alcançou o objetivo, sendo necessária sua reformulação.

Após o governo definir o foco na agricultura familiar, bem como fonte de recursos e as taxas de juros, criou-se o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, voltado aos pequenos agricultores, com objetivo de promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Essa política pública resulta de uma antiga demanda dos pequenos agricultores e é um programa de incentivo à agricultura familiar que, com linhas de crédito, financia projetos do pequeno produtor rural em condições diferenciadas.

Segundo Guanzioli (2001):

A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistema complexos de produção, combinando várias culturas, criações de animais e transformações primárias tanto para o consumo da família como para o mercado. Os sistemas de produção refletem não apenas as potencialidades e restrições socioambiental-agronômicas particulares de cada local, mas também a história local e das famílias que o adotam. (Guanzioli, 2001, p. 116).

Embora o Pronaf, seja resultado de lutas sociais, só teria acesso aos recursos oferecidos pelo governo federal o agricultor que não fosse líder de algum movimento e que não estivesse ligado a ocupação de terras. Essa foi a forma encontrada pelo poder público de desmobilizar os movimentos de lutas sociais e, ao mesmo tempo, criminalizá-los. Embora o Pronaf, seja o resultado de lutas sociais, e os direitos garantidos por lei e decretos, como dito, esse fato

constituía uma de desmotivar novas ocupações e, conseqüentemente, a aplicação do projeto da Reforma Agrária.

A partir de 1996, é perceptível um forte desenvolvimento do total de recursos aplicados no Programa, na procura pelo crédito rural, a qual se expande, aumentando o número de contratos.

As contratações respondem a um somatório de fatores que impactaram positivamente. Por um lado, o Conselho Monetário Nacional (CMN) seguiu uma série de medidas para incitar os agentes financeiros a operar o Pronaf e, por outro, diminuiu bastante os encargos financeiros que sobre o crédito de custeio (os juros praticados na safra de 1995 foram de 16% ao ano, enquanto na safra seguinte caíram para 12% ao ano). Necessário é destacar, essa modificação foi concretizada devido à forte pressão desempenhada pelas organizações dos trabalhadores rurais que exigiam melhores condições de financiamento.

Conforme Fernandes (2013),

O PRONAF surge como um programa inovador, para atender às necessidades da agricultura familiar brasileira, salientando a importância dela como atividade prioritária no sistema de produção agropecuária do país, através do fortalecimento das condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo. Assim como nos países desenvolvidos, a agricultura familiar brasileira necessitava de apoio social e financeiro do Estado para incentivar a permanência dos agricultores no campo, evitando o êxodo rural. Para alcançar este objetivo, o principal foi a elaboração de um programa de crédito direcionado a estes agricultores familiares, para que os mesmos pudessem ser inseridos como uma classe social produtiva dentro da economia, além de potencializar o desenvolvimento – principalmente através da disponibilidade de recursos – no sentido de gerar melhores condições no campo. Esta alternativa busca integrar um grupo que, até então, era marginalizado e tinha seu acesso ao crédito bastante restrito no Brasil. (Fernandes, 2013, p. 25).

O Pronaf foi estabelecido pelo Decreto nº 1.946, de 28/06/1996, com o desígnio de promover incremento sustentável à parcela rural composta pelos agricultores familiares, de modo a propiciar a estes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e o avanço de renda. Em meio às diretrizes das ações do Programa, apresentadas no Decreto instituidor, destaca-se a adaptação e o implante da infraestrutura física e social necessária ao mais perfeito desempenho produtivo dos agricultores familiares. É proposto o fortalecimento dos serviços de apoio à implementação dos projetos desses agricultores, a aquisição de financiamento em volume satisfatório e admissível dentro do calendário agrícola e o acesso da agricultura familiar ao mercado, bem como sua permanência, em condições competitivas. Após 1997, o Pronaf de fato se consolidou como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo, gerando emprego

e renda, uma vez que os recursos financeiros antes destinados ao custeio, passaram a ser usados também para investimentos.

Segundo o Relatório de Avaliação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Ciclo 2020), elaborado no ano de 1999 por meio da Medida Provisória nº 1.999-13, de 14/12/1999, o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, criado por meio do Decreto nº 1.889/1996, foi transformado em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário.

Além disso, por meio dessa Medida Provisória, as questões relacionadas à elevação do desenvolvimento sustentável da parte rural constituída pelos agricultores familiares foram transferidas do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária.

Considera-se ano agrícola, ou Plano Safra, o período compreendido entre 1º de julho de cada ano e 30 de junho do ano seguinte. 16. Posteriormente, com a reedição da MP nº 1.999-13 pela MP nº 1.999-14, de 13/01/2000, restou consignada a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir da transformação do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. Por essa reedição foram estabelecidas as seguintes áreas de competência do MDA: i) reforma agrária; ii) promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. (INCRA, 2020, p. 15).

Nessa perspectiva o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) teve sua Estrutura Regimental foi confirmada pelo Decreto nº 3.338, de 14/01/2000, designando à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) atribuições, dentre as quais compete destacar:

- i) Formular políticas e diretrizes concernentes ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- ii) Promover a articulação das ações voltadas ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar, objetivando sua execução descentralizada e integrada com os Estados, Municípios e sociedade civil organizada;
- iii) Apoiar iniciativas, dos Estados e Municípios, que visem ao desenvolvimento rural, com base no fortalecimento da agricultura familiar, de forma participativa. (INCRA, 2020, p. 16).

Ressalta-se que as políticas pertinentes à agricultura familiar continuaram na estrutura do mesmo Ministério, MDA, por mais de 15 anos – no período de janeiro de 2000 a maio de 2016, ocasião em que o órgão foi extinto e suas competências foram repassadas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dispendo as atualizações na MP nº 726, de 12/05/2016. A seguir, com a edição do Decreto nº 8.780, de 27/05/2016, as competências do MDA, que estavam com o MDS, foram transferidas para a Secretaria Especial de Agricultura

Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

O Pronaf emergiu como instrumento capaz de gerar a renda e aprimorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de despesas e serviços rurais agropecuários e não agropecuários em local rural ou em áreas comunitárias e está presente em quase todos os municípios do Brasil. O implemento do programa é realizado por Bancos Públicos e Privados, pelo BNDES e pelas Cooperativas de Crédito Rural e, segundo o Ministério da Agricultura, a atuação do Pronaf abarca diversos segmentos.

Esta forma de atuar permite amplo acesso ao crédito rural para diversos grupos da agricultura familiar como: assentados da reforma agrária, beneficiários do crédito fundiário, agricultores familiares de baixa renda (Grupo B), agricultores familiares dinâmicos (Grupo V) e, inclusive, povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e outros. As operações de crédito rural ao amparo do Pronaf possibilitam aos beneficiários da agricultura familiar financiarem a aquisição de insumos, sementes, para realizarem o custeio de suas atividades, como a produção de milho, leite, feijão. Além de financiar o custeio da produção, o Pronaf é de grande importância para a modernização dos empreendimentos familiares, com consequências sobre o aumento da produção e produtividade. O Pronaf permite o financiamento de máquinas, tratores, veículos de carga, equipamentos e tecnologias de mercado para a modernização e competitividade dos empreendimentos da agricultura familiar e de suas cooperativas. (MAPA, 2023).

Assim, é importante destacar as políticas públicas desenvolvidas no Brasil, as quais possuem vinculação com Pronaf, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 – Brasil: Programas atendidos pelas políticas públicas do Pronaf (continua)

POLÍTICA PÚBLICA	FUNÇÃO
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater)	Foi instituída em 2010, por meio da Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos no País. É coordenada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) que elabora anualmente as ações de assistência técnica e extensão rural para cada Plano Safra da Agricultura Familiar, com base nas políticas da SAF e nos Programas Estaduais de Ater, tomando por base as demandas da agricultura familiar.

Fonte: MAPA (2023). Elaboração da autora a partir da Fonte.

QUADRO 1 – Brasil: Programas atendidos pelas políticas públicas do Pronaf (continuação)

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)	É uma ação exclusiva para os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O SEAF garante a cobertura total do financiamento e mais 65% da receita líquida esperada da família produtora que perder a safra em razão de fenômenos climáticos amparados pelo Seguro.
Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	É uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima. Atua como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção, garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A CONAB atua na PGPM via Plano Agrícola do Governo, com análises de mercado, avaliação de oferta das demandas nacional e internacional, planos de abastecimento e na Proposta de Preços Mínimos, documento tomado como base técnica para a discussão e definição dos Preços Mínimos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa Política possui ainda uma modalidade com recorte específico para produtos extrativistas, denominada Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Essa modalidade objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente e contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido, inclusive, renda às diversas populações extrativistas. Essas populações possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, bem como utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por meio da tradição.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	É um dos mais antigos programas sociais do governo federal e um dos maiores programas de alimentação do mundo. Instituído pela Resolução nº 26/2013 e complementado pelas Resoluções nº 04/2015 e nº 01/2017. O programa repassa para as secretarias de educação dos estados e municípios e, ainda, a escolas federais, em torno de R\$ 4,3 bilhões, anualmente, recurso voltado para a compra de alimentos saudáveis, que respeitem a vocação agrícola local, os hábitos alimentares e as tradições locais. Assim, do total repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, 30%, no mínimo, deve ser utilizado exclusivamente nas aquisições, por meio de editais de chamada pública, de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.
Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade	O programa, criado pela Portaria nº 121, de 18 de junho de 2019, tem suas ações executadas por meio de chamadas públicas. Estrutura-se em cinco eixos temáticos: I – Estruturação Produtiva das Cadeias do Extrativismo (Pró-Extrativismo); II – Ervas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais do Brasil; III – Roteiros da Sociobiodiversidade; IV – Potencialidades da Agrobiodiversidade Brasileira; e V – Energias Renováveis para a Agricultura Familiar.

Fonte: MAPA (2023). Elaboração da autora a partir da Fonte.

QUADRO 1 – Brasil: Programas atendidos pelas políticas públicas do Pronaf (conclusão)

Programa Rotas da Integração Nacional	As Rotas de Integração Nacional é uma estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva centrada em redes de arranjos produtivos locais que visam propiciar a inovação, a diferenciação, a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos associados às cadeias produtivas. As cadeias produtivas que compõem a rota atualmente são: açaí, fruticultura, peixe, mel, cacau, cordeiro, biodiversidade, economia circular, tecnologia da informação e comunicação.
Agroindústria Familiar	A Agroindústria Familiar tem enfrentado desafios legais para poder acessar os mercados. Porém, o Governo Federal apoia a implementação de ações para capacitar o agricultor familiar, inseri-lo e mantê-lo de forma competitiva no mercado. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA é responsável por organizar as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e vegetais, sob a coordenação do Poder Público, nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência. As legislações tributária e fiscal, ambiental e sanitária para proceder à regularização é bastante extensa e complexa.

Fonte: MAPA (2023). Elaboração da autora a partir da Fonte.

O acesso aos créditos do Pronaf demanda que os agricultores atendam a alguns requisitos relativos a tamanho máximo da área do estabelecimento rural, obtenção de um percentual mínimo de renda oriunda de atividades realizadas nesse estabelecimento e utilização exclusiva de mão de obra e gerenciamento familiares.

Existem diferenças na distribuição dos créditos do Pronaf de acordo com a região e com os agricultores que vivem em determinados estados, isso desde o início do Programa e ao longo do mandato dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/2003), Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003 a 01/01/2011), Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/08/2016) e Michael Temer (31/08/2019 a 31/12/2018), conforme é possível perceber na Tabela 1.

Analisando dados de dezoito anos, desde o início de liberação dos créditos do Pronaf até 2018 –, é possível notar que o valor total de recursos apresentou um crescimento superior a 340%, em termos reais, ao longo de todo o período, passando de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 26.395 bilhões e, mesmo assim, não alcançou valores tão expressivos quanto o agronegócio.

Sem sombra de dúvidas, existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários. No entanto, em que pese a importância destes fatores, e preciso esclarecer que eles são insuficientes para explicar o viés concentrador do Pronaf. (Grisa; Schineider, 2015, p. 67).

Também é observado percentual maior nos financiamentos para a região Sul, com média anual de 52% do montante total (Brasil). As demais regiões apresentaram participações menores, com médias anuais de 19% no Sudeste, 15% no Nordeste, 7,5% no Centro-Oeste e 6,5% no Norte.

TABELA 1 – Brasil e regiões geográficas: Evolução dos empréstimos concedidos pelo Pronaf (Em R\$ milhões, de 2020 a 2018)

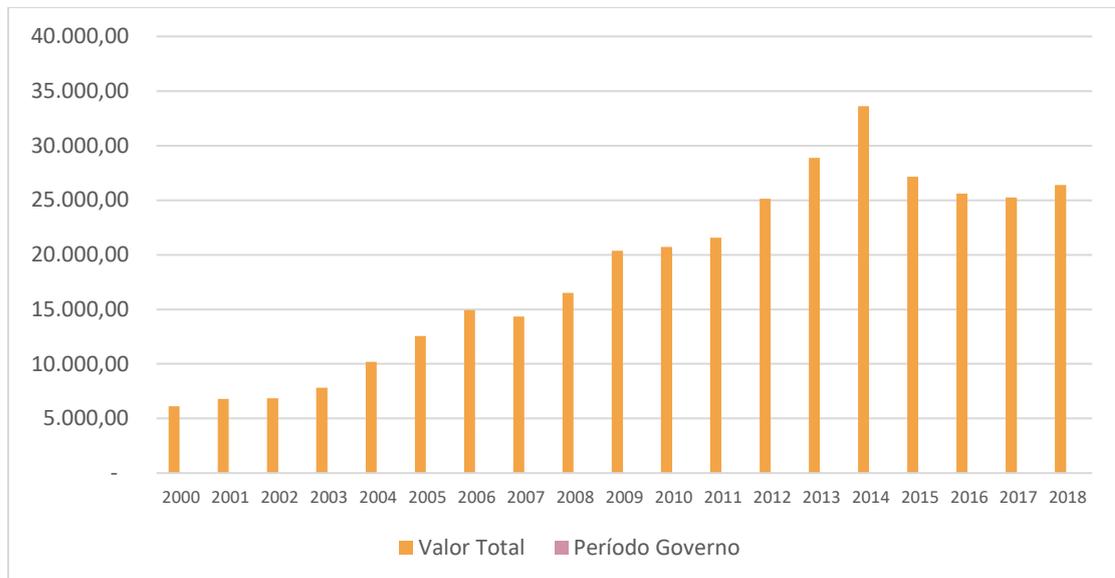
Ano	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Sul	Total Brasil
2000	353,00	637,60	420,20	1.046,60	3.676,00	6.133,60
2001	214,90	753,90	748,90	1.132,00	3.955,70	6.805,40
2002	292,10	816,60	613,10	1.038,20	4.094,70	6.854,70
2003	528,70	1.060,10	680,20	1.562,80	3.983,40	7.815,20
2004	652,30	1.684,20	830,40	1.903,60	5.117,10	10.187,60
2005	677,60	3.110,40	908,30	2.479,10	5.391,60	12.567,00
2006	1.173,20	3.886,60	892,80	2.899,40	6.088,40	14.940,40
2007	956,20	2.903,20	878,10	3.082,30	6.508,70	14.328,50
2008	769,00	2.237,30	913,00	3.606,20	8.967,80	16.493,30
2009	1.448,50	2.510,90	1385,90	4.697,30	10.317,40	20.360,00
2010	1.472,60	2.646,40	1457,60	5.034,80	10.101,90	20.713,33
2011	1.321,19	2.728,50	1507,90	4.961,40	11.036,70	21.555,69
2012	1.824,50	3.669,90	1608,20	5.478,90	12.565,40	25.146,30
2013	2.033,60	4.280,60	1841,50	6.023,20	14.692,60	28.871,60
2014	2.770,20	4.648,30	22373,40	7.107,50	16.700,60	33.600,00
2015	1.980,20	3.809,40	2.126,70	5.220,90	14.012,90	27.150,20
2016	1.781,50	3.500,50	1.980,40	4.711,10	13.628,20	25.601,70
2017	1.678,40	3.840,60	1.786,00	4.378,50	13.555,60	25.239,10
2018	1719,10	4.076,90	1.875,10	4.341,40	14.282,50	26.395,00

Fonte: IPEA (2022). Elaborada pela autora a partir dos dados da Fonte.

Na análise do Gráfico 2 abaixo, é possível dizer (01/01/2003 a 01/01/2011) o Pronaf teve seus recursos aumentados ano a ano que na gestão da presidente Dilma, atingindo seu maior valor em 2014, quando alcançou 33.600 milhões.

Na gestão Dilma (01/01/2011 a 31/08/2016), esse índice de crescimento não acompanhou as evoluções dos anos anteriores. Embora a presidente mantivesse a mesma linha de governo adotada por seu antecessor, defendia os movimentos sociais da área rural e outros mais e, ao mesmo tempo mantendo alianças com setor do agronegócio, que culpava os programas sociais pela crise econômica pela qual o Brasil passava.

GRÁFICO 2 – Brasil: Liberação de crédito Pronaf por período 2000-2018 (em milhões)



Fonte: IPEA (2022). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

No *impeachment* de Dilma Rousseff, a participação do agronegócio e dos ruralistas foi primordial para que a deposição ocorresse. Assumindo Michael Temer, governo com viés neoliberal, cujo discurso seria levar o país ao equilíbrio fiscal, foram adotadas políticas de reformas de Estado iniciadas nos anos 1990 e que ficaram paralisadas nos governos petistas. O discurso de Temer foi o de “privatizar tudo o que for possível, tanto na infraestrutura econômica quanto na infraestrutura social” (Fagnani, 2017, p. 10).

Com esse viés de austeridade fiscal, foi colocada em votação a PEC 55/2016, Proposta de Emenda à Constituição conhecida popularmente como a “PEC da Maldade”. Com a aprovação desta PEC, direitos conquistados pelos trabalhadores foram reduzidos, houve cortes no orçamento das estatais e essas reduções e cortes afetaram o meio rural. A PEC limitou os investimentos públicos nas áreas sociais e intensificou as privatizações. Vale ressaltar, os gastos com as políticas públicas foram duramente atacados como sendo um dos responsáveis pela crise econômica do governo Dilma e foi por meio da PEC 55/2016 que teve início o desmonte das conquistas sociais, que será discutido mais adiante.

2.3 O Pronaf em Uberlândia: desafios e perspectivas

Uberlândia-MG está localizada na região do Triângulo Mineiro e possui um distrito

industrial de destaque nacional, com grandes, médias e pequenas indústrias. Pelo município, passam as principais rodovias do país, o que faz da cidade um dos maiores dos maiores polos regionais de distribuição do país. Conhecida pelos serviços prestados na área da educação, saneamento básico, saúde, tecnologia e infraestrutura, Uberlândia é o terceiro maior município em extensão territorial (4.115. 2066 km).

No município de Uberlândia, 2706 localidades foram visitadas pelo IBGE para a realização do Censo Agropecuário em 2017. Nessas localidades, a classificação contou 1002 agricultores não familiares e 1704 agricultores familiares, sendo estes divididos em três grupos: 793 agricultores familiares do Pronaf B, 890 agricultores familiares do Pronaf V e 21 agricultores familiares não fazendo parte de nenhuma das categorias do Pronaf, denominados “não pronafianos”.

Outra classificação, da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) arregimenta os agricultores que fazem parte do Pronaf em quatro grupos, de acordo com a renda e com o nível de acesso às políticas públicas.

QUADRO 2 – Brasil: Classificação dos agricultores familiares segundo a DAP

Grupo “A”	Grupo “B”	Grupo “A/C”	Grupo “V”
Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do programa de crédito especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou do valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que: (1) tenham contratado a primeira operação no grupo “A”; e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio grupo “A/C”.	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

Fonte: Banco do Brasil (2023). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Os agricultores classificados no Pronaf B podem obter crédito para investimentos na implantação, ampliação, modernização da infraestrutura de produção e serviços, aquisição de máquinas, aquisição de matrizes, dentre outras melhorias. De acordo com dados do Banco do Brasil, os agricultores que se enquadram no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMO) podem acessar o limite financiável, que é de até 10.000,00 reais, com taxas de juros de 0,05% a. a., com prazo para pagamento de três anos, sendo que a renda bruta familiar deverá ser de quarenta mil reais anuais. Para os agricultores que não se enquadram no PNMO, o acesso é a um limite de quatro mil reais, sob os mesmos critérios financeiros.

Os agricultores classificados no Pronaf V, são aqueles com renda familiar anual de até R\$ 415.000,00. Estes podem captar crédito para investimentos na propriedade e o financiamento disponibilizado pode chegar a R\$ 250.000,00 por ano, com taxas de juros de 5,0% a.a., podendo os valores serem usados em lavouras de arroz, mandioca, feijão, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará e outras culturas. Os custeios são destinados também à pecuária, bovinocultura de leite, criação de ovinos e caprinos, piscicultura, apicultura e exploração extrativista ecologicamente sustentável.

TABELA 2 – Uberlândia-MG – Número e área de estabelecimentos agropecuários atendidos pelo Pronaf (2006 e 2017)

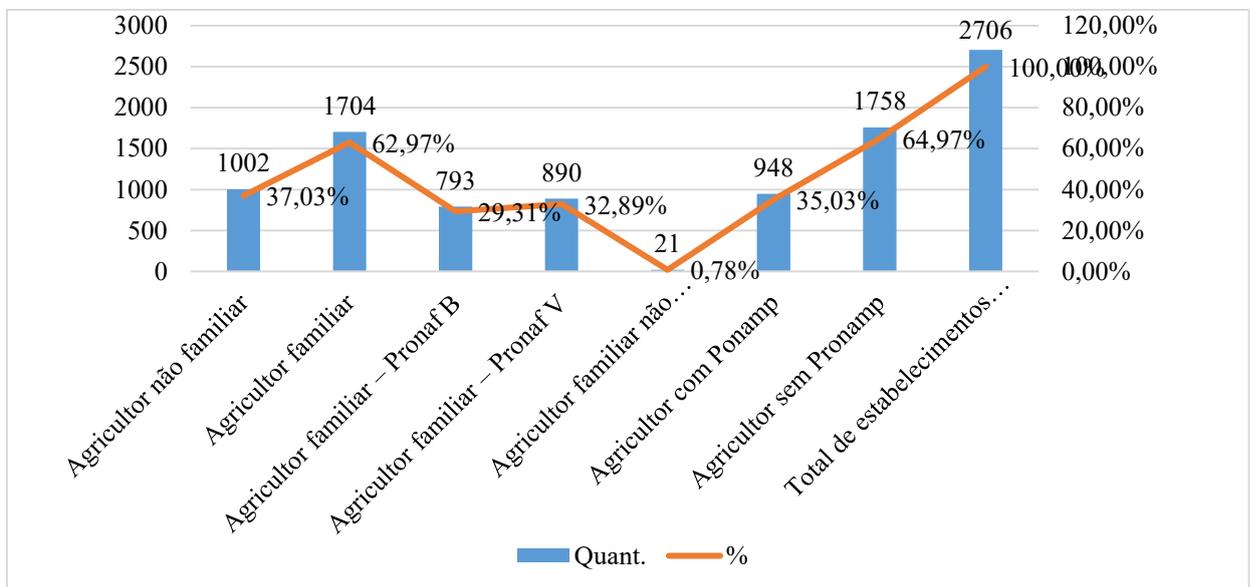
Tipos	2006			2017		
	Total	%	Área (ha)	Total	%	Área (ha)
Agricultor não familiar	817	93,1	“n/d”	1002	37	“n/d”
Agricultor familiar	1015	6,9	“n/d”	1704	62,97	“n/d”
AF – Pronaf B	“n/d”	“n/d”	“n/d”	793	29,31	“n/d”
AF – Pronaf V	“n/d”	“n/d”	“n/d”	890	32,89	“n/d”
AF não pronafiano	“n/d”	“n/d”	“n/d”	21	0,78	“n/d”
Agricultor com Ponamp	“n/d”	“n/d”	“n/d”	948	35,03	“n/d”
Agricultor sem Pronamp	“n/d”	“n/d”	“n/d”	1758	64,97	“n/d”
Total de estab. visitados	1823	“n/d”	“n/d”	2706	100	“n/d”
Área não familiar	“n/d”	“n/d”	254,931	“n/d”	“n/d”	261,371
Área familiar	“n/d”	“n/d”	19,787	“n/d”	“n/d”	37,378

Fonte: IBGE (2017). Adaptada pela autora.

A contratação do custeio das lavouras de milho, somadas, ultrapassem o valor de R\$ 20.000,00 por mutuário anual, com taxa de juros incidindo 6,00% a.a. sobre o valor integral da operação (não apenas sobre o valor que excede o contratado). Os agricultores familiares classificados “não pronafianos”, por sua vez, não recebem ou não fazem uso de recursos destinados a agricultura familiar.

Analisando os dados da Tabela 2, do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, pode-se chegar a algumas constatações. Em 2006, o total de agricultores que não pertenciam à agricultura familiar somavam 817, enquanto que os da agricultura familiar totalizavam 1015. Enquanto a agricultura não familiar ocupava uma área de 254,931 hectares, 93,10% do total ocupado, a agricultura familiar ocupava 19,787 hectares, alcançando apenas 6,9% do total em uma área de 274,718 (ha). Em 2017, a agricultura familiar passou a ocupar uma área de 37,378 hectares, somando 1704 famílias, 12,51% do total. A agricultura não familiar, por sua vez, ocupou 261,371 hectares, representando 87,49% da dimensão das terras ocupadas.

GRÁFICO 3 – Uberlândia-MG – Total de agricultores residentes (2017)



Fonte: IBGE (2017). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Com base nesses dados, é possível afirmar que houve um pequeno aumento da área territorial ocupada pelo agricultor familiar, o que não afetou a concentração das grandes extensões. Importante é entender as classificações de cada grupo pertencente à agricultura familiar, e a Declaração de Aptidão ao Pronaf traz luz a esse respeito. A DAP é categorizada em três classificações, a saber:

DAP Principal: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) denominados Titular 1 e Titular 2.

DAP Acessória: identifica os jovens, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, filhos/filhas ou aqueles que estejam sob sua responsabilidade (DAP Jovem) e as mulheres agregadas a uma UFPA (DAP Mulher) e devem, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal. Importante não

confundir a DAP Mulher (DAP Acessória) com a DAP emitida para mulher Titular 1 ou Titular 2 (DAP Principal), na condição de responsável pela gestão do estabelecimento (Titular 1) ou esposa, companheira, viúva de um dos titulares (Titular 2).

DAP Especial ou Jurídica: identifica e qualifica os empreendimentos familiares rurais organizados em pessoa jurídica (que possuem CNPJ), como associações, cooperativas e agroindústrias. (MAPA, 2023).

A DAP é essencial para que o agricultor familiar possa ter acesso ao crédito do Pronaf, podendo ser emitida no site governamental de *internet* ou pessoalmente, junto a algum órgão de assistência rural. Vale ressaltar, os aquicultores, maricultores, pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e assentados da reforma agrária podem obter a DAP gratuitamente.

A DAP, a partir de 31 de dezembro 2021 foi sendo gradualmente substituída pelo CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, instituído pelo Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017. As DAPs emitidas e que estão dentro do prazo de validade de dois anos poderão ser utilizadas normalmente. A alteração da Dap para a Caf, visa a atender enquadramentos das políticas do Pronaf, e poderão se inscrever agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. As características gerais necessárias para o reconhecimento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural ficaram assim definidas:

- (I) “Não detenha, a qualquer título, área maior de 4 (quatro) módulos fiscais;
- (II) “Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”;
- (III) “Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”;
- (IV) “Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. (BRASIL, 2006).

A nova regulamentação estabelece requisitos obrigatórios para a identificação das Unidades Familiares de Produção Rural e específica de forma detalha as disposições previstas em lei, a fim de não gerar dúvidas quanto à sua operacionalização, fixando a área do estabelecimento, membros sendo familiares, força de trabalho, renda, fatores da produção e gestão. O decreto passou a prever a identificação dos Empreendimentos Familiares Rurais, não explicitada na Lei nº 11.326/2006, identificando como diversas a empresa familiar rural, a cooperativa central da associação da agricultura familiar e a cooperativa singular da agricultura familiar.

QUADRO 3 – Brasil: Grupos/Linhas atendidos no Pronaf – Banco do Nordeste,
Plano Safra 2022/2023

Grupo/ Linhas	Público	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus
Pronaf A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Até R\$ 30.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 31.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até três anos de carência. Bônus: 42,857%, se houver assistência técnica, ou 40%, quando esse serviço não for financiado.
Pronaf A/C	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R\$ 9.000,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até três operações.	1,5% ao ano.	Custeio agrícola: até dois anos. Custeio pecuário e agroindustrial: até um ano.
Pronaf B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00, para apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadrados nos Grupo “A”, “A/C” e “B” do Pronaf.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias. Custeio pecuário. Custeio de atividades não agropecuárias.	R\$ 6.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO). R\$ 3.000,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até dois anos, incluído até um ano de carência. Bônus de adimplência: 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia ou 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na Região do semiárido, quando o financiamento for destinado a determinadas atividades.

Fonte: Banco do Nordeste (2023). Plano Safra 2022/2023.
Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

O Quadro 3, é um resumo das linhas de crédito operadas pelo Pronaf em todo o Brasil, para ter acesso o agricultor familiar, deverá verificar em qual das linhas ele se enquadra e verificar quais os procedimentos para acessá-las.

Vale informar, a linha de crédito oferecida pelo Pronaf é orientada a massificar o número de contratos assinados por ano, o que tem por consequência a perda de seu objetivo, ser agente de transformação social dos agricultores familiares. Em outros termos, um elo no combate à pobreza rural acaba se perdendo quando o programa passa a ser avaliado aspecto quantitativo e não em razão das transformações reais que ocorreram e ocorrem na vida dos agricultores familiares beneficiados pelo crédito.

Ao longo de sua trajetória, a política de crédito adotada não beneficia a diversidade de atividades como renda, mas sim a pequena empresa familiar, que se especializou em atividades ligadas ao agronegócio exportador. Quando o Pronaf adotou este tipo de liberação de crédito, passou a fortalecer a produtividade das monoculturas de grãos, elevando a competitividade dos verdadeiros agricultores “familiares” escolhidos como protagonistas do desenvolvimento rural.

Outro fator importante a ser observado é a ideia de que para ser bem-sucedido no meio rural é preciso pertencer à classe das atividades agropecuárias, uma visão setorial adotada da década de 1970 e ainda enraizada na mente dos mediadores sociais.

Como um dos objetivos da pesquisa é contextualizar a atuação do Pronaf no Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado com atraso pelo IBGE devido à falta de verbas federais e publicado em 2023, o município conta com 713.232 pessoas, 173,32 habitantes/km² de uma área que totaliza 4.115.206 quilômetros quadrados. O índice de desenvolvimento humano municipal é 0,789, em uma escala que varia entre 0,000 e 1,000.

Uberlândia-MG se destaca por sua posição geográfica estratégica, pois está localizada entre as principais rotas comerciais do Brasil. Sua malha rodoviária se conecta à capital federal e a importantes polos industriais do país.

Além disso, Uberlândia se configura na atualidade como um município de significativa relevância para o agronegócio nacional ao mesmo tempo em que são registrados anualmente números elevados de ocupação e manifestações de luta pela terra, sendo esses números os maiores da região. (Garcia, 2006, p. 113).

Considerando todos esses dados e fatos, é importante evidenciar a atuação do Pronaf neste município de grande relevância no cenário brasileiro. O programa surgiu no âmbito municipal por volta do ano 2000, porém sua utilização foi significativa após o ano de 2010,

segundo Garcia (2006 p. 114): “anterior a esse ano não havia a preocupação nem a sistematização com relatórios e documentos que comprovassem a quantidade de contratos assinados por assentados”. O Pronaf não atende exclusivamente aos assentados, mas sim qualquer agricultor da agricultura familiar que se enquadre nas normas e critérios estabelecidos pelo programa.

Ao longo das décadas, os agricultores familiares no município foram se organizando, unindo-se em cooperativas, buscando aprimoramento e melhores condições de produção e armazenamento, buscando capacitação e mercado para a venda de seus produtos.

Essa união e aprimoramento permitiu aos agricultores familiares fornecerem alimentos de qualidade para a Prefeitura Municipal de Uberlândia, para a Secretaria Estadual de Educação, feiras, supermercados e outros. Os assentamentos que, por algum entrave, não conseguiram criar a sua própria cooperativa, entregam sua produção às que estão em funcionamento e, dessa forma, dão vazão à sua produção e participam da comercialização dos alimentos.

Entre as cooperativas que contribuem com seus produtos para a alimentação escolar municipal, encontramos a APFAP (Associação dos Produtores Rurais Familiares do Rio das Pedras), Cooperaf (Cooperativa de agricultores familiares de Uberlândia e Região), Coopercampra (Cooperativa Camponesa da Reforma Agrária), Coopertang (Cooperativa de Produtores Rurais do PA Nova Tangará), Coopersafra (Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia) e a Coofarp (Cooperativa Familiar Agropecuária Rio das Pedras).

Na lista de frutas fornecidas estão banana, abacate, abacaxi, mamão, melancia, laranja e mexerica. A goiaba provém de um agricultor independente do município vizinho de Araguari. Abobrinha, batata doce, batata inglesa, cabotiá, cenoura, chuchu, inhame, mandioca, milho e tomate estão entre as verduras ofertadas. Além das folhas, como alface, couve e repolho.

Quando as cooperativas e os produtores familiares independentes não conseguem ofertar todos os alimentos que a alimentação escolar necessita, a Prefeitura Municipal de Uberlândia faz a aquisição dos produtores que não são parte da agricultura familiar.

O PNAE, em sua Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, não permite produtos que tenha a adição de açúcar e essa exigência beneficia o agricultor familiar de Uberlândia, que se tornam os únicos responsáveis pela entrega do biscoito de polvilho e de ovos caipira destinados aos alunos da Educação Infantil no município.

Vale informar, do processo licitatório do fornecimento de alimentos da merenda escolar, poderão participar qualquer empresa, cooperativa ou associação que apresentar a documentação exigida no Edital e em acordo com o Decreto n. 19.527, de dezembro de 2021, resguardando-

se 30% da verba de compra em prol da AF. É possível acessar o Edital e verificar os termos de referência, nos quais constam os produtos, quantidade e valores estimados, bem como os modelos de projetos de venda da agricultura familiar, o relatório de formação de preços, a lista das escolas e dos EMEIS.

O município de Uberlândia faz uso do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores). Após o credenciamento, os participantes deverão requerer na Divisão de Compras a carta convite.

2.3.1 O processo de criação dos assentamentos rurais

Registrados oficialmente no Incra, em Uberlândia existem 15 assentamentos e, conforme informa o Quadro 4.

De acordo com os marcos legais estabelecidos pela Constituição de 1988, em seu Artigo 186:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, tais como aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”, estes são alguns dos fatores relevantes para ocupar uma área. (BRASIL, 1988).

Para se ter uma ideia, todo o processo de legalização de um assentamento é de responsabilidade da União e realizado por meio do INCRA. O Instituto envia técnicos ao local, os quais realizam estudo, determinando: a destinação agropecuária dos lotes; a quantidade e seleção das famílias a serem assentadas; a viabilidade econômica da exploração; a disponibilidade de água; e, ainda, infraestrutura básica – estradas de acesso, energia elétrica e outras condições com impacto na capacidade produtiva. Após o estudo da área, é decretado o interesse social, então entra-se com o processo de desapropriação, faz-se a compra da terra e a seleção das famílias, as quais recebem uma classificação, de acordo com aspectos como: o tamanho da família, a força de trabalho, se a família é chefiada por mulher, se há membros da família ou indivíduo integrante do acampamento, se os filhos residem no assentamento, há quanto tempo a família reside no município, qual a renda mensal declarada no Cadastro Único e há quanto tempo é exercida a atividade agrária. (INCRA, 2017).

QUADRO 4 – Uberlândia-MG: Projetos de Assentamentos Rurais (2023)

NOME ASSENTAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA MÉDIA (ha)
1- PA CANUDOS	2004	667,63	24	22	30
2- PA CELSO LÚCIO MOREIRA DA SILVA	2018	1.168,59	60	N.I.	19,47
3- PA DOM JOSÉ MAURO	2009	4.470,64	205	198	21,8
4- PA ELDORADO DOS CARAJÁS	2006	608,80	24	23	25,3
5- PA EMILIANO ZAPATA	2004	638,02	25	24	25,5
6- PA FLÁVIA NUNES	2004	417,48	15	13	27,8
7- PA FLORESTAN FERNANDES	2005	494,77	22	22	22,5
8- PA JOSÉ DOS ANJOS	2005	1.013,40	45	43	22,5
9- PA NOVA PALMA	1999	445,64	15	14	29,7
10- PA NOVA TANGARÁ	2003	5.095,03	250	247	20,3
11- PA PACIÊNCIA	2005	460,38	26	19	17,7
12- PA PALMA DA BABILÔNIA	1999	465,67	13	12	35,8
13- PA RIO DAS PEDRAS	1998	1.908,99	87	73	21,9
14- PA VALCI DOS SANTOS	2008	802,26	42	37	19,1
15- PA ZUMBI DOS PALMARES	1999	546,37	22	21	24,8

Fonte: INCRA/LAGEA (2023).

Os projetos de assentamento podem ser classificados como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PNE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Federal (PA) entre outros. No Município de Uberlândia, a maioria dos assentamentos são do tipo PA.

Após todos os trâmites legais, o assentado recebe o contrato de concessão de uso da terra, que lhe dá permissão para se instalar, produzir e implementar melhorias durante dez anos. Ao longo desse período o Incra faz vistorias para verificar se o assentado está cumprindo o que foi acordado; lembrando, o lote recebido não pode ser fracionado ou repassado para outro assentado.

O governo disponibiliza para os assentados o crédito de instalação (Decreto 11.583/2023), a partir de prévia entrega do planejamento detalhado feito por profissional habilitado, que pode ser um servidor do Incra, representante de prestadoras de assistência técnica ou órgãos públicos que possuam parceria com o Instituto. O crédito de instalação permite ao assentado a compra de itens duráveis de uso doméstico, bem como equipamentos produtivos e itens de primeira necessidade, no valor atual é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Vale saber, o lote e os créditos contratos são pagos pelos assentados.

Após o período de concessão (período de avaliação, na verdade, que dura dez anos), se o assentado cumprir todos os requisitos pré-estabelecidos, receberá a titulação definitiva. No entanto, cabe ressaltar que o assentado só terá acesso aos créditos do Pronaf após a titulação definitiva do lote recebido.

A titulação em si não é garantia de posse, uma vez que a maioria dos assentados não possuem condições financeiras para registrar a escritura do lote recebido. Sem a escritura registrada em seu nome, o assentado não poderá, por exemplo, solicitar a instalação do padrão individual para o seu lote junto à concessionária de energia elétrica. Em outros termos, o assentado continua enfrentando dificuldades que deveriam ser evitadas se o governo, ao término da concessão, providenciasse o registro da escritura em nome do assentado.

2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O PNAE e o PAA são programas governamentais que se completam. No entanto, nem sempre foi assim. Na década de 1940, o Brasil já enfrentava graves problemas na alimentação escolar. A isso, o Instituto de Nutrição esboça a criação de um programa nacional que atendesse a demanda da alimentação infantil nas escolas. Adversamente, o projeto não logrou êxito por falta de verbas.

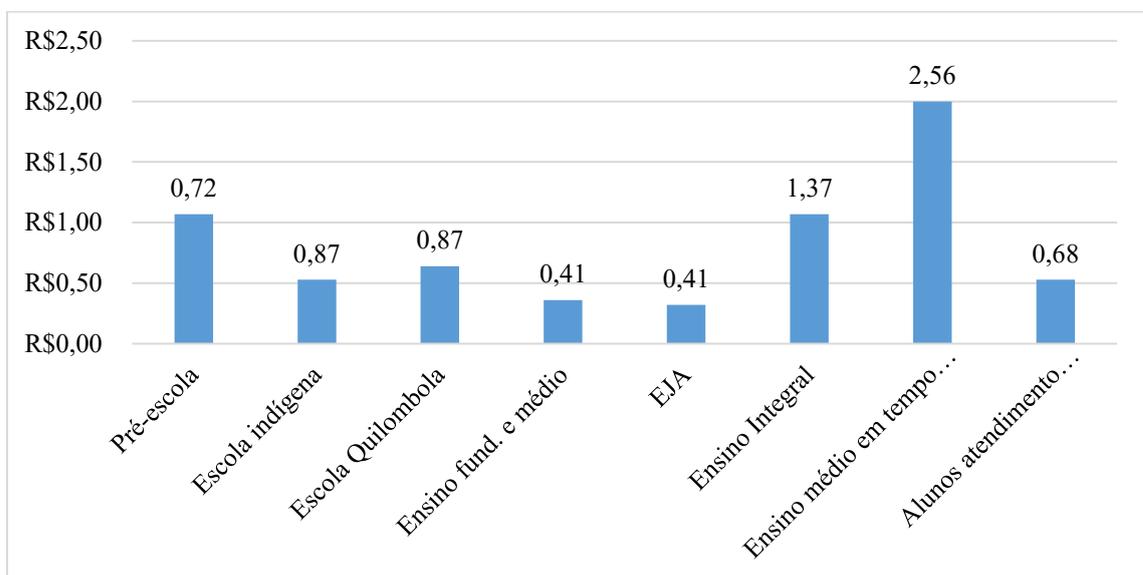
Com incentivos internacionais, na década de 1950 surge o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que também não foi exitoso. Só o Plano de Alimentação Escolar resistiu, permanecendo assim até o ano de 1976, quando é criado o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, que se converte no atual PNAE, em 1979.

Devido às crises econômicas que ocorriam em nível mundial na década de 1970, os recursos externos cessaram e, para que não fosse interrompido o fornecimento de alimentos – e com o fim do programa –, o caminho encontrado foi o incremento de produtos nacionais no abastecimento.

Na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 consolidou e garantiu de vez o PNAE. Ao longo das décadas seguintes, ocorreram algumas alterações; dentre elas, a forma de compra, gerenciamento de cardápio e distribuição, que eram centralizadas sob o comando do governo federal até 1993. Posteriormente, por meio da Lei 8.913 de 12/07/1994, o governo estabeleceu convênios com os estados, os quais passaram a enviar os recursos diretamente às unidades escolares. A responsabilidade pela realização das compras e gestão dos recursos gastos passou a ser atribuição dessas unidades, a partir da alteração.

Com o intuito de gerenciar, fiscalizar e imprimir maior transparência aos recursos públicos, surgiram os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) no ano 2000, compostos pelos pais dos alunos, professores e representantes da sociedade civil. A partir de 2006, passou a ser exigido que os profissionais da área de Nutrição assumissem o papel de responsáveis técnicos, contribuindo, desta forma, para proporcionar aos estudantes uma alimentação balanceada e de qualidade.

GRÁFICO 4 – Brasil: Valor da merenda escolar por aluno de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2023)



Fonte: FNDE (2023). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Entre os impactos imediatos e relevantes do PNAE, é possível identificar: o combate à fome, a redução da evasão escolar, menor uso de agrotóxicos, melhoria do rendimento escolar, fortalecimento de um modelo contrário à mercantilização do alimento, priorização da Agricultura familiar, geração de renda, aumento da permanência das famílias na área rural, movimentação da economia local, promoção da emancipação financeira feminina, estímulo à organização coletiva em associações e cooperativas, estabelecimento dos laços institucionais com escolas, dentre outros.

No Gráfico 4, temos os valores repassados pelo Plano Nacional de Educação aos estados, por aluno, de acordo com a classificação escolar.

Os valores por aluno repassados pelo PNAE são repassados exclusivamente para aquisição da merenda escolar, correspondendo a 200 dias letivos, e é vedado o uso da verba para qualquer outro fim. Outro fator importante é exigência de que 30% das compras de um

município sejam realizadas no município de produtores locais que participam da agricultura familiar, fomentando, assim, a economia local.

De acordo com o Ministério da Educação:

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à alimentação. (MEC, 2023).

Em análise, pode-se dizer que PNAE e PAA são importantes programas que integram a composição do Pronaf, pois ambos são diretamente responsáveis pela aquisição de alimentos junto aos produtores locais da agricultura familiar, que, nessa conjuntura estrutural estabelecida, sabem o que produzir e para quem vender, aumentando sua renda e a diversidade dos produtos produzidos.

Os recursos oriundos com a venda dos alimentos fortalecem as atividades de produção e sua diversificação e, ainda, o agricultor familiar passa a se alimentar melhor. Além de movimentar a economia local, aumentar a arrecadação de impostos, toda a dinâmica de produção e venda incide na permanência das famílias na área rural e promove a emancipação financeira feminina. Os impactos são benéficos em cadeia: na organização coletiva em associações, cooperativas, nos estabelecimentos de laços institucionais com as escolas.

Dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, constam que de 2017 ao mês de novembro de 2022 foram destinados R\$ 8,5 milhões dos cofres municipais e R\$ 43,5 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição da merenda escolar (PMU, 2023). Aproximadamente quatro mil toneladas de alimentos foram adquiridas dos agricultores familiares, de agroindústrias, cooperativas, associações e foram distribuídos entre as 49 OSCs (Organizações da Sociedade Civil) ligadas à Secretaria da Educação Municipal e entre as 122 escolas municipais.

Obedecendo a Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020 do FNDE, a qual determina que 30% dos recursos federais no âmbito do PNAE sejam direcionados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, atualmente constam na lista de aquisição da merenda escolar cerca de 38 produtos, dentre eles quitandas, tubérculos, verduras, frutas e ovos caipiras.

Em 11 de março de 2020 teve início a pandemia da Covid -19 no Brasil. O vírus SARS-CoV-2, popularmente denominado “coronavírus”, surgiu na China no final de 2019 e a COVID-19 modificou completamente a vida da população, globalmente. Para evitar o contágio em massa, foi imposto pelos governos nacionais o distanciamento social, então comércios, empresas, indústrias, escolas e universidades tiveram que suspender suas atividades, a fim de frear o contágio. Assim sendo, foi necessário a implementação do trabalho remoto; as aulas e as feiras livres foram suspensas, afetando diretamente a rede escolar, bem como os agricultores familiares, que não tinham para quem vender sua produção. Uma das alternativas encontradas pelo município para anemizar os impactos financeiros foi entregar *kits* com alimentos não perecíveis – tais como ovos, mel e hortifrutis – aos pais dos alunos cadastrados no Programa Bolsa Família.

Com a pandemia da COVID-19 sob controle, o município de Uberlândia retomou o processo de compras recomendado pelo PNAE por meio de Chamadas Públicas, realizadas anualmente, quando os produtores agricultores familiares se organizam em cooperativas e fornecem seus produtos.

Anualmente, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, tomando por base as demandas alimentares apresentadas pelos diretores dessas instituições, elaboram uma lista de gêneros alimentícios, com os seus respectivos preços, e os disponibilizam para as Chamadas Públicas de cada região. As Chamadas Públicas são procedimentos da administração pública para executar atividades ou projetos que tenham interesse público, com parcerias celebradas por meio de termos de colaboração, de fomento ou acordos de cooperação. O produtor da agricultura familiar que produz um ou mais itens da lista pré-estabelecida deve ficar atento aos editais, para poder participar das Chamadas, as quais são divulgadas em locais de fácil acesso, dentre eles portal de compras da agricultura familiar, em cooperativas, associações, sindicatos e em outros órgãos ligados à classe dos agricultores.

O PNAE promove na vida dos agricultores familiares vários benefícios e toda a cadeia beneficiada, indiscutivelmente; porém, existem alguns desafios a serem corrigidos e dentre eles estão: dificuldade para a legalização sanitária da produção; acesso à Assistência Técnica e à Extensão Rural (ATER); escassez de recursos financeiros e insumos agrícolas necessários; infraestrutura precária; dificuldades na logística de distribuição dos alimentos; gestão ineficiente das propriedades; falta de familiaridade com os métodos das chamadas públicas; e ausência de uma estrutura organizacional coesa entre os agricultores familiares. Ações com o objetivo de diminuir ou eliminar esses desafios estão sendo implementadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), sendo todas as

medidas focadas na organização, no mercado e na agregação de valores, conforme expresso no Quadro 6.

QUADRO 5 – Brasil: Medidas que visam melhorar a capacitação do agricultor familiar – EMATER/MG (2023)

ATER na produção e diversificação	Capacitação em gestão
Emissão de CAF	Organização da produção
Mobilização dos agricultores familiares	Treinamentos dos AFs para acesso aos mercados
Capacitação em boas práticas de fabricação	Formalização de empreendedores individuais
Elaboração de projetos de venda	Formalização de empreendedores familiares e coletivos

Fonte: EMATER-MG (2023). Adaptado pela autora.

Todas essas ações são necessárias e de suma importância, uma vez que muitos agricultores familiares não conhecem, de fato, as necessidades de compra do PRONAF na sua região. Com a chegada da tecnologia houve muitos avanços na agricultura, mas para o pequeno agricultor, principalmente os dos assentamentos, a dificuldade é, ainda, imensa. O preenchimento simples de um cadastro torna-se complexo, pois eles têm dificuldades de acesso à *internet*.

As iniciativas de capacitação da EMATER têm sido impulsionadoras de transformação nos assentamentos. A oferta de cursos ao pequeno agricultor familiar permite ampliação do conhecimento no campo, torna-se ferramenta necessária e capaz de melhorar a forma de produzir – o que produzir e como produzir, resultar em redução do desperdício na produção, no armazenamento e no transporte, o que melhora a qualidade do alimento produzido.

Além dos cursos de capacitação, os agricultores familiares também contam com a oportunidade de participar de feiras; nesses eventos, torna-se possível o fortalecimento de parcerias com empresas do setor agropecuário que oferecem máquinas e implementos, equipamentos de ordenha, tratores, utilitários e com instituições financeiras ofertam crédito e financiamentos específicos. Mesmo com todos os desafios e percalços, vale dizer, a agricultura familiar perpetua como a grande responsável pela alimentação da população brasileira, e, nesse sentido, a capacitação, o treinamento e a valorização desses agricultores devem demandar constância

2.5 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Não é possível falar em Pronaf e não mencionar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), criado por meio da lei n 10.696, de 02 de julho de 2003, art. 19. O programa tem por finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, além de ser direcionado à redução da pobreza extrema e da desigualdade social.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar” (MDS, 2018, p. 5) com dispensa de licitação, destinando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como pela rede pública de filantrópica de ensino.

O PAA contribui também para a composição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar, promovendo o abastecimento alimentar através de compras efetuadas pelo governo, o que fortalece os circuitos locais, regionais e redes de comercialização. Nesse circuito, a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos são valorizadas, são incentivados os hábitos saudáveis e estimulados o cooperativismo e o associativismo. Segundo Hespanhol:

Quando o Estado em meados de 1990, passa a reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, criando políticas que servissem de base para a reprodução social desse segmento, sendo o PAA uma das mais importantes medidas adotadas. Nesse novo cenário de redefinição das políticas públicas, especialmente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006 e 2007/2010), vários programas passaram a ser instituídos para o atendimento do conjunto diverso da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Destaca-se, ainda, neste contexto, a elaboração da definição legal da agricultura familiar e a ampliação da proposta da abordagem territorial – materializada pela implementação da modalidade Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf (1997- 2002) durante a vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso – com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDT. (Hespanhol, 2017, p. 31).

Ainda segundo Hespanhol, “PAA foi uma das mais importantes medidas adotadas com a chegada de Lula ao poder a partir de 2003” (Hespanhol, 2017, p. 35), passando a ser de suma importância para os agricultores familiares, uma vez contaram agora com preços pré-fixados,

bem como com a garantia da compra da produção pelo governo federal que, sendo o principal comprador, passa a ser o gestor direto na execução do PAA, utilizando-se das compras governamentais, fomentando ações de interesse econômico social, contribuindo com o aumento da renda dos agricultores familiares e com acesso alimentar maior para pessoas com insegurança alimentar e nutricional.

QUADRO 6 – Brasil: Modalidades de aquisição de alimentos do PAA – Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos Agricultores Familiares (2022)

Fonte do recurso	Tipo de Acesso	Modalidade	Operador	Descrição
Ministério da Cidadania ou Mapa.	Individual ou em grupo (formal ou informal)	Compra direta	Conab	Compra de produtos específicos com o objetivo de sustentação de preços.
Ministério da Cidadania	Individual ou em grupo (formal ou informal)	CDS	Conab, estados, Distrito Federal e municípios	Compra de alimentos para doação imediata às entidades
Ministério da Cidadania	Individual ou em grupo (formal ou informal)	Leite	Governos estaduais	Compra de leite para doação às pessoas em situação de Insan; operada nos estados do Nordeste e municípios do semiárido mineiro.
Mapa	Cooperativa e associação	Formação de estoque	Conab	Apoio financeiro à formação de estoques de alimentos para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público.
Ente interessado	Cooperativa e associação	Compra institucional	Ente interessado	Compra de produtos da agricultura familiar via chamada pública para atendimento de demandas do órgão comprador (consumo de alimentos, sementes e outros materiais).

Fonte: IPEA (2022). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Em texto publicado pelo IPEA, “Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos Sobre a Produção dos Agricultores Familiares”, o PAA é considerado “um instrumento governamental de correção das falhas de produção e consumo” (IPEA, 2022, p. 6). Esse papel contribui de forma significativa para a emergência uma sociedade mais equilibrada e sustentável quanto ao processo de produção, considerando, até mesmo, que o Programa foi criado tendo em vista amenizar ou até mesmo erradicar a fome do Brasil, em sua maior parcela

agravada por questões sociais, econômicas, políticas, sanitárias e, principalmente, pela desigual distribuição de renda. O programa de aquisição atende a uma parcela significativa da população pobre, seja ela urbana ou rural, parcela poderá ter acesso a alimentação de qualidade através da CDS (Coordenação de Desenvolvimento Socioprodutivo).

Com o agravamento da fome nos últimos anos, causado pela Pandemia da COVID-19 (2020-2023), pelo desemprego, pela injusta distribuição de renda, pelos cortes na concessão de crédito ao agricultor familiar; houve um aumento significativo no número de crianças que têm na alimentação escolar a única oportunidade de alimentação regular – de uma vez ao dia, pelo menos. A falta de alimentação adequada pode causar sérios problemas no desenvolvimento crianças, dentre eles: falta de ferro e anemia, *déficit* cognitivo, desnutrição, subnutrição, dentre outros. Crianças com fome têm dificuldade de concentração, o que gera rendimento escolar e de aprendizado abaixo do esperado, comprometendo o desenvolvimento de toda uma geração de cidadãos.

Um programa como o PAA, o torna-se de suma importância no combate à fome, seja na escola, seja no campo, pois melhora a renda e a alimentação do agricultor familiar, que passa a produzir uma variedade maior de alimentos a partir das políticas públicas. Vale notar, o funcionamento e a estrutura do PAA são considerados complexos, contam com diversas formas de atuação; mesmo havendo um só propósito, incentivar o agricultor familiar, a realidade da atuação apresenta diferentes desafios. De acordo com o Quadro 5, existem diferentes modalidades de compra, o que dificulta uma análise sobre os impactos de modo geral. No entanto, podemos destacar a CDS como principal compradora do PAA; vale notar, é também a mais antiga via de compra em operação.

Os recursos financeiros são oriundos do governo federal, os operadores são a Conab, estados, Distrito Federal e municípios, e a compra é direcionada à produção dos agricultores familiares. O acesso às vendas pode ser individual ou em grupo e ocorrer de modo formal ou informal e os produtos comprados dos alimentos são direcionados para doações imediatas, beneficiando hospitais, bancos de alimentos, entidades assistenciais, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, entre outros.

2.6 O declínio nos investimentos das políticas públicas para a agricultura familiar

A predisposição para elaboração de políticas públicas reflete o entendimento, os interesses e ideologias que predominam na atuação de cada governo. A concepção destas traz

em seu interior propósitos e intervenções que serão administrados por meio de ações e programas tem em vista interesse da classe que os administram. Assim, entende-se como “política” o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (Teixeira, 2023 *apud* Souza, 2006, p. 26).

As políticas públicas de apoio à agricultura familiar passaram por diversas mudanças desde a consolidação do Estado de Bem Estar Social até os dias atuais, com a emergência de novos atores e instituições. A relação do Estado com a agricultura familiar resultou em inflexões e rupturas que marcaram a construção das políticas públicas. (Teixeira, 2023, p. 110).

A conjuntura das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar é marcada por períodos em que os agricultores foram desvalorizados e sofreram com a marginalização. Outro ponto a mencionar é dualidade entre a agricultura familiar e a agricultura elitista ou patronal, que impera até os dias atuais. “Apesar dos avanços, o tratamento dado à agricultura familiar está muito além ao concedido ao agronegócio, principalmente no que se refere aos recursos orçamentários (Grisa, 2018; Sabourin, 2018). A respeito, assim discorre Teixeira (2023):

O Plano Agrícola e Pecuário e o Plano Safra do ano 2012/2013 são consideradas duas das mais importantes estratégias em política pública para o desenvolvimento do meio rural, com o orçamento combinado de R\$137,5 bilhões. Desses recursos, foram investidos para o agronegócio 115, 2 bilhões (83,8%) do montante total, enquanto para a agricultura familiar 22,3 bilhões (16,2%) do total. Embora este valor tenha sido um dos maiores investimentos realizado nos últimos anos dos avanços incontestáveis que o investimento proporcionou para a agricultura familiar, uma disparidade de valores concedidos e concentração de recursos que favorece o grande produtor. (Teixeira, 2023, p. 111).

Mesmo com certas distinções em termos de elementos estruturantes, trata-se do referencial global do novo desenvolvimentismo, também chamado neodesenvolvimentismo ou, ainda, social-desenvolvimentismo, a depender das vertentes teóricas (Grisa, 2018). O declínio das políticas públicas para o Pronaf, teve início nos dois últimos anos de mandato da presidente Dilma Rousseff (2015/2016), quando o País passou por uma crise econômica e as políticas sociais eram vistas como as responsáveis por tal situação. Após o *impeachment* em 2016, foi eleito Michel Temer, governo com viés ultraliberal, e o processo de declínio e deslocação das políticas públicas ganharam força. Houve cortes orçamentários em programas importantes

para a agricultura familiar e isso dificultou a execução e continuidade de projetos realizados pelas famílias dos agricultores.

A eleição de 2018 trouxe um viés socialmente conservador e ultraliberal para a agenda política intensificando o processo de “desmonte” e enfraquecimento institucional acompanhado por uma menor intervenção do Estado, fragilizando políticas e programas sociais estruturantes para a promoção do desenvolvimento rural. (Teixeira, 2023, p. 111).

No início do Governo Temer, o referencial global do neoliberalismo foi ganhando força na política brasileira. Nesse governo, sobre os cortes realizados eram apresentadas justificativas por meio de discursos políticos que afirmavam necessidades de ajustes nas contas públicas; assim, houve redução nos investimentos do Estado, revisão de direitos adquiridos e privatizações, tendo por finalidade fazer permanecer a confiança dos agentes econômicos. Nessa perspectiva, defendeu-se a retomada da competitividade empresarial e o Estado passa a manter a estabilidade econômica ao custo da flexibilização de normas e direitos trabalhistas, ou ainda por meio de desregulamentações para evitar restrições à competitividade no meio econômico e da retomada da centralidade do mercado (e não do Estado) nos processos de desenvolvimento. Ademais:

Neste sentido, o processo de impeachment ocorrido em 2016 e as ideias e interpretações do “novo” referencial global provocaram mudanças nos mediadores das políticas públicas e ajuste no referencial setorial. Com a “narrativa” de redução dos gastos do Estado e controle nas contas públicas, uma das principais mudanças foi a extinção do MDA, seguida por indefinições institucionais quanto à alocação de suas atribuições. Primeiramente – coerente com a interpretação de que grande parte da agricultura familiar deveria ser foco de políticas sociais –, parte de suas ações foi realocada no Ministério do Desenvolvimento Social – que passou a denominar-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário –, particularmente na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Todavia, logo a SEAD foi transferida para a Casa civil com uma nova configuração institucional (extinção de Departamentos, Secretarias e Diretorias). De uma estrutura ministerial voltada principalmente para a categoria social, passa-se para uma Secretaria vinculada à Presidência da República, minimizando o poder político e institucional da agricultura familiar. Como sinalizou um gestor público, durante estudo realizado por Soldera (2017:134), “o rebaixamento institucional implicaria perda da capacidade de articulação política e impactaria diretamente na operacionalização de algumas políticas públicas”. (Grisa, 2018, p. 46).

Em 2018, um novo cenário surge no Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, caracterizado por uma ideologia populista, discursos totalmente conservadores e fortes traços de fundamentalismo religioso.

A eleição do Bolsonaro agravou o cenário de desmonte das políticas públicas e sociais, representou a criminalização das lutas populares, esvaziamento dos direitos sociais e abominação das forças progressistas mais especificamente o combate ao esquerdismo”. (Teixeira, 2023, *apud* Leite, Tubino e Sauer, 2019, p. 172).

Houve, então, ataques de modo constante aos povos indígenas, às comunidades tradicionais, aos assentados e aos ambientalistas, não só durante a campanha de Bolsonaro, mas ainda após este ser eleito a presidente. Com revogação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, a maioria dos Conselhos Nacionais e Comitês que discutiam as políticas públicas foram esvaziados. A continuidade da liberação de recursos das políticas federais como o PNAE e o PAA só foram possíveis graças à manutenção dos conselhos estaduais e municipais, mesmo que de forma destoante.

No entanto, os órgãos ligados ao agronegócio passaram a ter grande relevância dentro do governo – entre eles, o CNPA (Conselho Nacional de Políticas Agrícolas) e o Consagro (Conselho do Agronegócio). Coube a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ser a única representante da sociedade civil em um espaço ocupado em sua maioria pelas elites agrárias.

Outro programa atingido duramente foi o PAA, pois mesmo sendo um modelo mundial no combate à fome, seus recursos foram gradativamente sendo reduzidos a partir de 2015 e atingiu o ápice em 2019. A crise econômica que atingia o país em 2016, consequentemente com aumento da fome no país, não foram fatores importantes para a gestão pública a ponto de conterem a redução das verbas destinadas a um programa tão importante. Os cortes aconteceram e, vale dizer, foram ainda maiores no governo Bolsonaro.

A redução das linhas de crédito resultou grande impacto sobre as associações e cooperativas que foram criadas sob normas específicas para atenderem ao Programa de Aquisição de Alimentos, montaram toda uma estrutura e perderam seu principal comprador, o Governo Federal.

Outro fato que ajudou a agravar ainda mais o cenário foi a COVID-19, uma vez que os agricultores familiares se viram sem as compras governamentais e sem as feiras livres para escoamento da produção, sendo, então, duplamente afetados na pandemia.

TABELA 3 – Brasil: Recursos disponibilizados pela Conab/PAA (2010/2020)

Ano	Recursos Aplicados	Beneficiários Fornecedores	Unidades receptoras	Municípios Participantes
2010	379.735.466	94.398	17.764	1076
2011	451.036.204	106.600	17.722	1.259
2012	586.567.131	128.804	17.988	1.180
2013	224.517.124	41.412	4.449	524
2014	338.004.942	51.228	3.968	619
2015	287.515.216	38.794	2.829	541
2016	197.576.718	29.318	2.619	476
2017	124.708.502	28.688	1.092	543
2018	63.330.078	9.675	656	382
2019	41.380.857	5.885	358	254
2020	223.000.000	1.769	2.537	“n/d”
2021	371.000.000	“n/d”	“n/d”	“n/d”
Total	3.288.372,238	539.731	71.982	6.854

Fonte: Conab (2023). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Em 2020, conforme os dados disponibilizados pela Conab, as relações de Municípios foram substituídas pelos índices de distribuídos por regiões, ficando da seguinte forma: a Região Nordeste foi maior fornecedora do PAA (CDS), sendo responsável por 44% da execução orçamentária (R\$ 98.984.249,37); em segundo lugar fica a Região Norte, com 20%; Sudeste, com 18%; Sul, com 10%; e Centro-Oeste, com 8% da execução orçamentária.

Insensível à importância do PAA, em 2019 o governo federal aplicou a menor verba de sua história, R\$ 41,3 milhão. Houve uma redução de 93% no montante a ser aplicado. No ano seguinte, a Lei Orçamentaria nº 13.978 havia estabelecido R\$ 150 milhões, mas devido à pandemia, que agravou ainda mais o problema da insegurança alimentar, houve a suplementação dos recursos, chegando ao montante de R\$ 500 milhões. Vale informar, o ano de 2012 marcou o auge do PAA: naquele ano o Programa recebeu recursos na ordem de R\$ 586.567,131 milhões, o que beneficiou 128.804 famílias pertencentes aos grupos do Pronaf. Em 2019, no auge dos cortes, foram beneficiadas apenas 5.885 famílias. Havia uma perspectiva de que os recursos adquiridos com suplementação seriam mantidos, porém em 2021 os valores foram reduzidos novamente, reduzindo-se à ordem de R\$ 371 milhões. Como visto, o mandato do presidente Jair Bolsonaro foi pautado em um conjunto de processos de desvalorização das políticas públicas de apoio à AF, dentre elas a assistência técnica, a extensão e a agroecologia, afetando diretamente a segurança alimentar.

A lei nº 13.365, promulgada em julho de 2017, marcou a paralisação da política da Reforma Agrária. Em um período de dois anos, 2018 a 2019, foram criados apenas três assentamentos em todo o território nacional e não houve demarcação de território quilombola

ou de terras indígenas, ou seja: nenhuma área foi desapropriada para aplicação da reforma agrária. As novas regras passaram a beneficiar a regularização de terras griladas e coube ao INCRA tratar somente de titulação dos assentamentos da Reforma Agrária. Para completar o processo de anulação das políticas públicas, foi criada a SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários), cujos líderes são latifundiários.

A política de redução dos representantes da sociedade civil através da reforma administrativa foi outro duro golpe para os movimentos sociais.

A reforma administrativa planejada pelo governo Bolsonaro pela Lei 13.844, com origem na MP 870/2019 e no Decreto 9.759/2019, tem por objetivo suprimir a participação social na formulação e implantação de políticas públicas. O decreto extingue todos os organismos que tenham sido criados por decreto e que não tenham lei que defina suas competências. Os conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) seriam reduzidos de 700 para menos de 50. Em uma declaração postada no Twitter, Bolsonaro declarou este como um ato de “gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades. (Silano; Fonseca, 2019).

O Pronaf Mais Alimentos e o Pronaf Investimento, com taxas de 4,6% a.a., foram outras duas linhas de beneficiamento para agricultura familiar, duramente afetada com a suspensão dos contratos por falta de recursos no Plano Safra 2018/2019, repetido no Plano de 2019/2020.

TABELA 4 – Brasil: Quantidade e valor dos contratos por região - Pronaf (2013-2022)

Região	Qtd. Contratos	Valor Contratado (R\$)	Valor Médio Por Contrato (R\$)
CENTRO-OESTE	1.535.342	497.315.280.042,53	323.911,73
NORTE	879.410	119.360.549.341,63	135.727,99
NORDESTE	8.089.387	168.838.917.190,65	20.871,66
SUDESTE	3.687.041	490.265.048.042,72	132.969,78
SUL	6.993.644	685.872.380.742,87	98.070,82
Total	21.184.824	1.961.652.175.360,40	92.597,05

Fonte: Conab (2023). Gerado a partir do sistema Bacen, de 2023.

Outro fato importante foi o fechamento de 27 unidades da Conab, o que destruiu os estoques das unidades. Estas são responsáveis pela regulamentação de preços e distribuição

dos alimentos, pelo combate à fome, atuam em casos de desastres naturais e visando à proteção da agricultura familiar, principal fornecedora dos armazéns do governo, que mais uma vez foi afetada diretamente pela ação de desmonte das políticas públicas.

Segundo a Condosef (2022),

Em 2013, o país tinha 944 toneladas de arroz estocados, em 2015, mais de 1 milhão de toneladas. Em 2020, eram apenas 22 toneladas, o que não garantia nem uma semana de consumo no país. De lá para cá, a situação só piorou. Hoje, não existem estoques governamentais de alimentos para contingência, nem para intervir no mercado nem para apoio aos programas sociais que minimizem a fome de milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. (Condosef, 2022).

Quando analisada a Tabela 4, nota-se que a região Sul recebe a maior fatia dos recursos destinados ao Pronaf. Analisando por contrato, a região Nordeste lidera, seguida pelo Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Em relação a valores, tem-se a região Sul e, posteriormente, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte. Embora o Nordeste tenha o maior número de contratos, o valor por contrato é o menor entre as demais regiões do país.

TABELA 5 – Brasil: Plano Safra, Agronegócio e Agricultura Familiar – 2018 a 2023 (em R\$ bilhões)

Ano	Plano safra agronegócio	Plano agricultura familiar
2018/2019	194,4	26.789,50
2019/2020	225,59	31.274,80
2020/2021	236,3	33.000,00
2021/2022	251,3	39.034,00
2022/2023	340,8	71.600,00

Fonte: MAPA (2023). Elaborado pela autora a partir dos dados da Fonte.

Analisando os valores dos dois planos agrícolas na gestão Bolsonaro de 2019 a 2022, é possível chegar à conclusão que ambas as categorias tiveram os mesmos percentuais anuais de reajustes nos volumes de recursos liberados, ficando da seguinte forma os percentuais: 2019/2020 (16%), 2020/2021 (5%), 2021/2022 (6%). O governo não reduziu os valores do Pronaf, mas mantiveram-se as mesmas discrepâncias, praticadas desde a implantação entre os dois planos agrícolas.

Quando se se tem um valor elevado de recursos, mesmo aplicando os mesmos percentuais, o resultado, ao fim, se torna relevante. Na verdade, houve redução de recursos em programas essenciais que complementam as políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

A redução dos recursos dessas políticas, foram os principais responsáveis pelo enfraquecimento Pronaf. Programas como o Mais Alimento, que tinha em sua linha de atuação aumentar a produção de alimentos, financiamentos para modernizar a infraestrutura nas unidades produtivas e assistência técnica, teve seus recursos zerados em 2019 e 2020.

Conforme trecho do depoimento do Entrevistado 1¹, as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro foram intensas e suas consequências foram e ainda são sentidas por todos os que dependem das políticas públicas: o enfraquecimento da agricultura familiar; os conselhos ligados à sociedade civil – quando não foram extintos – tiveram seus representantes trocados por representantes ligados ao agronegócio; houve falta de diálogo com os movimentos sociais, repressão e marginalização do MST; foram desativados armazéns; e reduziram-se as compras de alimentos pela Conab, com isso diminuindo os estoques reguladores.

[...] o governo Bolsonaro, foi o principal a vetar os recursos para a agricultura familiar, para o Pronaf, PAA, PNAE e Conab. Suspendeu as compras da agricultura familiar para a Conab. Tirou técnicos ambientais, licenciamento das águas, melhoria das estradas. Beneficiou o grande e dificultou a vida dos pequenos, muitos estão passando fome. No final, inventou a titulação para enganar os pequenos, porque não tinha recursos para registrar a documentação. (Entrevistado 1).

As medidas de austeridades fiscais, por sua vez, ocasionaram a ruptura do crescimento da agricultura familiar; a fome voltou a figurar nos lares de milhares de famílias brasileiras, aumentou a desigualdade social no campo; foram paralisadas as ações do Incra, afetando as políticas de reforma agrária. Enfim: houve um desmonte de políticas sociais que levaram décadas para serem conquistadas.

¹ Entrevista de pesquisa concedida em 27/out/2023, na cidade de Uberlândia-MG.

3 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS RURAIS E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

É importante entender que as lutas fazem parte da nossa história. No Brasil, desde o Período Colonial, houve lutas em torno da questão da escravidão, nas quais os negros lutavam pela liberdade. Houve também lutas contra as cobranças do fisco, as lutas dos pequenos camponeses, dentre outras. Nestas, os conflitos aconteciam em espaços da zona urbana e rural, sendo algumas lutas eram travadas no campo, com suporte na cidade.

As diversas lutas que marcaram a história brasileira tinham por objetivo a transformação social. Destacaremos dentre elas a Conjuração Baiana, por ser semelhante à do MST, centro de nossa análise. Essa revolta tinha perfil antagônico à Inconfidência Mineira, arquitetada por advogados, magistrados, militares, padres e ricos contratantes, ou seja, a elite da capitania.

A Conjuração Baiana não se limitou a uma elite de intelectuais e brancos livres e ao ideário político liberal. Diversos atores sociais estiveram envolvidos na revolta e, ao contrário da revolta mineira, a Conjuração Baiana teve a participação e a liderança dos deserdados – brancos, pobres, mulatos, negros livres e escravos –, cujas preocupações eram sociais e raciais, voltadas ao fim da escravidão e à abolição dos privilégios sociais e econômicos (Santos, 2018).

A Luta girava em torno não só da separação dentre Brasil e Portugal, mas também em torno de modificações internas de uma sociedade onde o preconceito reinava e os privilégios eram reservados à classe dominante – nesse caso, os grandes proprietários.

A formação territorial do Brasil traz em sua essência a centralização de terras, uma conjuntura amplamente discutida, no entanto pouco alterada até os dias atuais. Como consequência do acúmulo de riquezas sob domínio de uma minoria dominante, organizada entre outros fatores, por meio da concentração de terras, a resposta obtida é a luta pela terra a partir dos movimentos sociais.

Trata-se a um *status quo* complexo, que retrata condições e oposições socioeconômicas da população rural e urbana – não só do campo, mas em sua totalidade –, o que enseja uma discussão apropriada a partir da análise da questão agrária. Entender os aspectos dessa tese e da luta pela terra contemporiza o desvendar dos diferentes significados e dos sujeitos envolvidos na disputa por um outro desenvolvimento do campo, em contrapartida ao modelo hegemônico ditado pelas regras do mercado nacional e internacional. Propõe-se destinar terras aos que dela necessitam para viver e trabalhar, promovendo, assim, uma redução de impostas desigualdades sociais.

Compreende-se que o campo brasileiro é marcado por sujeitos históricos em constantes luta(s), cuja essência é a classe social e se firmam nos debates em torno da propriedade da terra, ante o viés da acumulação da riqueza, de um lado, e o entendimento da terra como lugar de moradia e trabalho, de outro. Conforme Souza (2008) discorre:

Se em essência é a concentração da terra e a luta de classes que marcam as relações sociais no campo, no cotidiano concreto tudo é árduo na vida do trabalhador: é o trabalho com a terra, sujeito às intempéries climáticas; é a busca de melhores preços para os produtos agrícolas; a dura vida das crianças na busca de acesso à escola seja viajando longas distâncias ou caminhando alguns quilômetros até a escola mais próxima. Quando concluem as séries iniciais, outra luta cotidiana tem início, em direção ao Ensino Médio. O que constitui algo novo nas relações de enfrentamento no campo é a estratégia de luta do movimento social. Ao mesmo tempo em que enfrenta a classe latifundiária e o próprio Estado, os movimentos fazem articulações com outras entidades da sociedade civil e com o próprio Estado, para discutir e promover experiências educativas nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, entre outras áreas como os Faxinais no estado do Paraná, nas escolas que recebem alunos das áreas remanescentes de Quilombos, das terras ribeirinhas entre outras. (Souza, 2008, p. 177).

Esses processos são interativos, de modo que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta.

Cabe lembrar que o próprio Movimento Sem Terra, sujeito coletivo, possui uma dimensão territorial e isso não pode ser dissociado dos processos que desenvolve, dos espaços/territórios que constrói e dos que domina. Assim como descreve:

No período de 2000 a 2012, foram registrados no DATALUTA (2013) 116 movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terras no Brasil, mobilizando 708. 706 famílias em 5.344 ocupações, sendo que 4.734 foram ações individuais, 270 conjuntas e 340 ocupações com movimentos não registrados. (Dalperio, 2015, p. 1290).

Já segundo Santos *et al.* (2013):

Os movimentos socioterritoriais rurais são pesquisados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), o qual trabalha na criação de um cadastro dos movimentos socioterritoriais no campo e análise de suas ações nos territórios. De acordo com o mapeamento já realizado pelo NERA, foram registrados 95 movimentos socioterritoriais no período compreendido de 2000 a 2008, dentre os quais, temos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Organização de Luta pelo Campo (OLC). Este último atua somente em Pernambuco. Com base no mapa 1, é possível verificar a espacialização dos

movimentos socioterritoriais mais atuantes na luta pela terra no país. (Santos, 2013, p. 29).

Segundo Viero (2019) *apud* Broch (2009) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são as três maiores representações do movimento social do campo brasileiro – em termos de ascendência nacional e de expressão política. Assim, acrescenta:

Nos últimos anos, as três organizações vêm articulando crescentemente suas pautas de luta e suas intervenções, em diferentes espaços públicos, em defesa de um novo projeto para o mundo rural, fundado na agricultura familiar e camponesa e na sustentabilidade socioambiental. Contag, Fetraf e MST participam da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e têm se integrado a várias ações convergentes promovidas pela ANA, buscando influenciar a elaboração de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da produção familiar de base ecológica. (Viero, 2019, p. 67).

O Movimento dos Sem Terra está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país, totalizando cerca de 450 mil famílias assentadas que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. (MST, 2023)

É importante evidenciar a trajetória histórica dos movimentos para compreender sobre a perspectiva da luta pela terra. Conforme dados do Mapa 1, vale salientar que o MST iniciou as suas atividades no estado de Minas Gerais no ano de 1984, no Vale do Mucuri e Jequitinhonha.

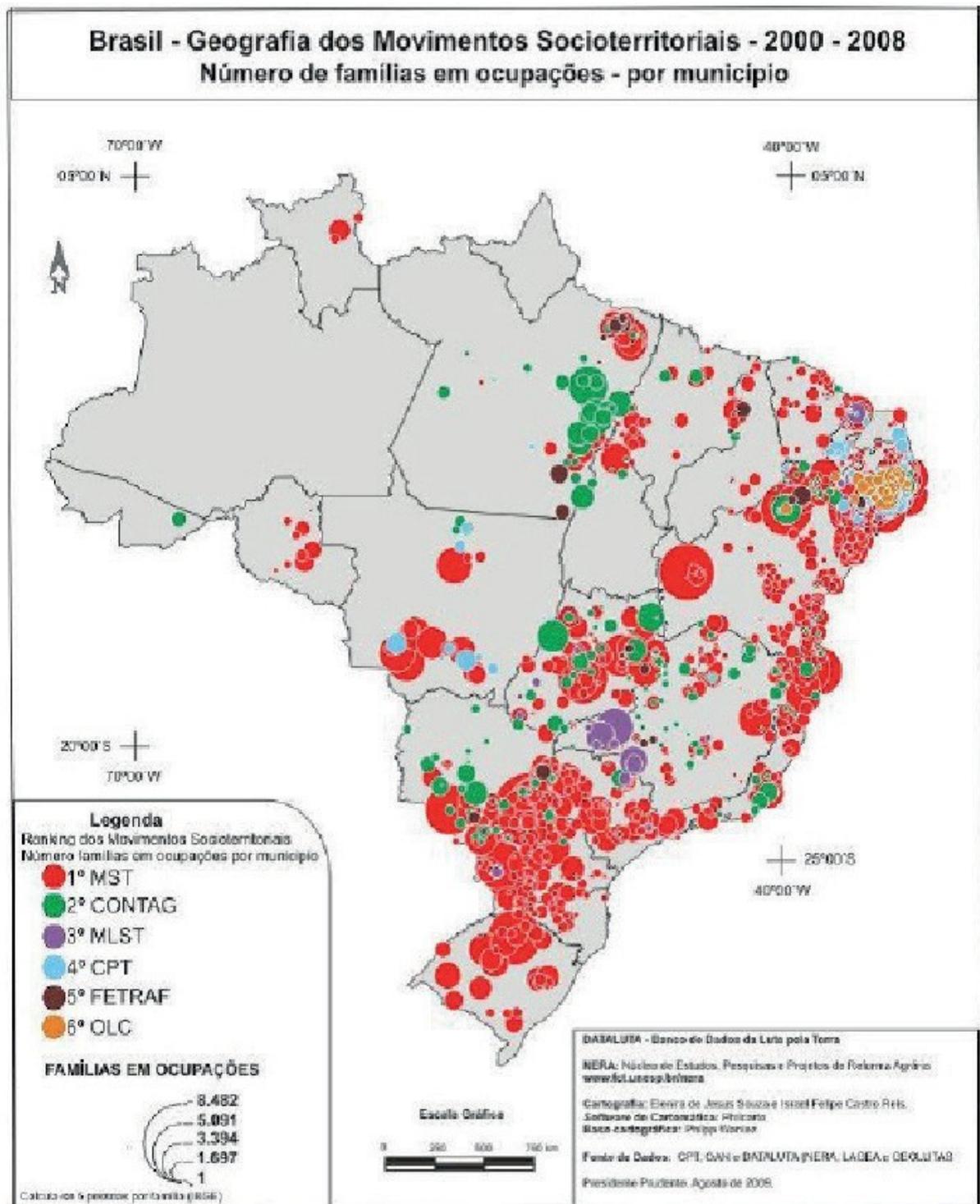
Após as primeiras reuniões organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) nessas regiões, foram discutidas as lutas que posteriormente ganharam forças e formaram grupos de pequenos proprietários de terra, meeiros, posseiro, parceiros, rendeiros, agregados assalariados e trabalhadores rurais.

Alguns movimentos sociais principais são atuantes na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme a Tabela 5, porém aborda-se nessa pesquisa os dois movimentos com maior atuação nos assentamentos no município de Uberlândia-MG.

Segundo Vieira (2014, p. 147) “o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é a organização mais expressiva no estado”, assim como o Movimento de Libertação do Sem Terra

(MLST), que tem atuação significativa na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ambas possuem escritório regional, meios de comunicação e de transporte exclusivos para as lutas que suscitava, foi um período de forte trabalho de massa e de massificação”.

Mapa 1 – Geografia Dos Movimentos Sociais



Fonte: DATALUTA/UNESP (2023).

No que se refere ao município de Uberlândia, esta experimentou um rápido crescimento a partir dos anos 1960. A modernização do Triângulo Mineiro resultou em uma das dez regiões com maior planejamento do estado, que se localiza entre os rios Paranaíba e Grande. As principais cidades que compõe a região, além de Uberlândia são: Araguari, Frutal, Ituiutaba e Uberaba.

QUADRO 7 – Brasil: Movimentos socioterritoriais no Estado de Minas Gerais (1990-2012)

SIGLA	NOME DA ORGANIZAÇÃO
ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APR/CPT	Animação Pastoral Rural
ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CCL	Comissões Camponesas de Luta
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DISSIDENTES DO MST	Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
LOC	Liga Operária e Camponesa
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta)
MI	Movimento Independente
QUILOMBOLAS	Movimentos Quilombolas
ÍNDIOS	Movimentos Indígenas
MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OLC	Organização de Luta no Campo
OTC	Organização de Trabalhadores no Campo
OTL	Organização Terra e Liberdade
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)
UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
GERAIZEIROS	Geraizeiros
-	Vazanteiros em Movimento: Povos das águas e das terras crescentes
VIA CAMPESINA	Via Campesina

Fonte: Vieira (2014).

Assim como de todo o Brasil, foi caracterizada por favoritismos e, conseqüentemente, pela exclusão de grande parcela da sociedade. Essa conjuntura proporcionou um cenário de antagonismos, conforme discorre:

Dessa forma, pode-se inferir que essa inserção do modelo capitalista no campo agravou ainda mais a situação da exploração do trabalhador rural e reforçou os conflitos de classe. Por outro lado, a burguesia agrária do Triângulo Mineiro se desenvolveu e representou os interesses desenvolvimentistas locais, estatais e até de estrangeiros. O grupo defendia bases antirreformistas e presava pela conservação da propriedade privada, contrariando as propostas de reforma agrária apresentadas no Congresso. Atenta-se ainda que, nesse contexto conservador que se desenvolvia tanto no âmbito nacional quanto na região do Triângulo Mineiro, surgiram resistências locais bastante expressivas. Os rumos da política agrícola brasileira geraram conflitos ideológicos entre grupos como a UDR e dos movimentos de luta pela terra e esses movimentos se disseminaram pelo Triângulo Mineiro, juntamente com o número de acampamentos e assentamentos na região. Além dos movimentos propriamente ditos, outras forças também se mobilizaram na luta pela democratização do acesso à terra, entre eles os sindicatos locais, pastorais católicas, ONG's, entre outros. (Negri, 2015, p. 12).

A emergência dos movimentos sociais pela terra no município uberlandense ocorreu a partir dos anos 2000 e, com o início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003), houve um aumento no número de ocupações em Uberlândia, tendo o MST e o MLST o maior número de assentados. De 1998 a 2009 foram criados 15 assentamentos, que foram (INCRA/LAGEA,2023):

- Em,1998, o PA Rio das Pedras, com 87 famílias;
- Em 1999, foram três: PA Zumbi dos Palmares, com 22 famílias; PA Palma da Babilônia, com 13 famílias; e PA Nova Tangará, com 15 famílias.
- Em 2003, foi criado o PA Nova Tangara, com 250 famílias;
- Em 2004 foram criados outros três: PA Flávia Nunes, com 15 familiares; PA Emiliano Zapata, com 25 famílias; e PA Canudos com 24 famílias;
- Em 2005 foram criados três: PA Florestan Fernandes, com 22 famílias; PA José dos Anjos, com 45 famílias; e PA Paciência, com 26 famílias.
- Em 2006, somente um PA foi ciado: o PA Eldorados dos Carajas, com 24 famílias;
- Em 2008 e 2009 foram criados dois PAs: PA Valci dos Santos, com 42 famílias; e PA Dom José Mauro, com 205 famílias.
- Em 2018, foi criado o último: o PA Celso Lucio Moreira da Silva, com 60 famílias.

Na atualidade, percebe-se um panorama ainda em construção, com fortes conseqüências e heranças do passado. A atualização conservadora releva a ebulição dos movimentos de luta

pela terra vistos nos últimos anos. Dessa forma, percebe-se que a luta contra o modelo latifundiário permanece ativa, principalmente por meio dos movimentos supracitados.

Nesse sentido, ao se tratar da região do Triângulo Mineiro no que se refere à questão da luta pela terra, faz-se importante apresentar um panorama geral do funcionamento e da identidade desses movimentos sociais. Foi feito, então, um recorte dos dois movimentos sociais com maior atuação no cenário do Triângulo Mineiro, em linhas gerais: MST e o MLST, que se aparelham no contexto da luta, exibindo pautas e objetivos semelhantes de luta contra o grande latifundiário, pela distribuição de terra e pela reforma agrária.

3.1 Território e a territorialidade

Ao discorrer sobre a tese dos Movimentos Socioterritoriais Rurais que lutam por terras no Brasil, é importante, a priori, refletir acerca do conceito de território e territorialidades.

Ao refletir acerca do conceito de território e territorialidades. De acordo com Viero (2018) *apud* Raffestin (1993, p. 143), o território “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Nessa perspectiva, o Estado, os agricultores, as organizações sociais (movimentos sociais) e a comunidade escolar veem-se entre os atores que “produzem” o território; sua cultura se registra no campo do domínio da hipotética relacional e, para alcançar alguns objetivos, atingem diversas ações – sejam elas políticas ou econômicas. Adotando esta conjectura como referência, partimos do fato de que toda analogia de poder exercida por um sujeito no espaço produz um território.

A amplitude e a forma da atuação de poder nas díspares dimensões do ambiente originam diferentes tipos de territórios. Haesbaert (2004) considera que “os territórios são construídos através da interação entre natureza e sociedade, mediada por relações de dominação e apropriação”. Na perspectiva Fernandes (2005) são definidos os territórios materiais (objetos geográficos) e imateriais (estratégias dos sujeitos para a construção do território), ambos sendo dimensões indissociáveis. Assim acrescenta Viero (2018):

As novas territorialidades criadas, fruto do movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade, através do modo de produção da vida (capitalista), implicam na criação-destruição-reconstrução dos territórios, resultando, também, na desterritorialização e territorialização de grupos sociais e seus saberes tradicionais. (Viero, 2018, p. 65).

Os debates acerca dos movimentos socioterritoriais é recorrente entre os autores que tratam sobre lutas pela terra. Assim postula Dalperio (2015):

Os movimentos socioterritoriais se formam/criam a partir de conflitos/descontentamentos evidentes nas contradições da nossa sociedade, por sua história de luta e pelo processo de dissidências de outros movimentos ligado aos conflitos internos (rupturas político-ideológicas), que se revelam em suas territorializações e espacializações. Eles se organizam a fim de lutarem para a conquista de seus objetivos, neste caso o território/terra. (Dalperio, 2015, p. 1290).

Esses movimentos atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos socioterritoriais começam como movimentos isolados e, ao se territorializarem e romperem com a escala local, organizam-se em redes e ampliam suas ações, e dimensionando seus espaços. Nesse sentido, podemos destacar dois movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Movimento de Libertação dos Sem Terra, movimentos que romperam com a esfera local e passaram a atuar nacionalmente.

3.2 O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Os movimentos sociais no Brasil começam a ter expressão na década de 1960, quando grande parte da população começou a protestar contra o Regime Militar (1964-1985). Os protestos desse período foram duramente reprimidos por um regime que censurou a imprensa, prendeu seus opositores e restringiu os direitos políticos.

Na década de 1970 deu-se a ascensão dos movimentos e os sindicatos se tornaram combativos e, junto com as comunidades eclesiais de base, as pastorais sociais e o movimento estudantil, buscaram o fim da repressão e a reestruturação das liberdades democráticas.

Segundo Gohn (2007) muitas pessoas têm ideias errôneas sobre os movimentos sociais, considerando que seus integrantes são tiranos ou promotores de desordens. No entanto, é importante entender que as lutas fazem parte da nossa história. No Brasil, desde o período colonial, houve lutas em torno da questão da escravidão, nas quais os negros lutavam pela liberdade. Houve também lutas contra as cobranças do Fisco, as lutas dos pequenos

camponeses, dentre outras. Nessas lutas, os conflitos aconteciam em espaços da zona urbana e rural, sendo algumas lutas eram travadas no campo, com suporte na cidade.

As diversas lutas que marcaram a história brasileira tinham por objetivo a transformação social. Destacaremos dentre elas a Conjuração Baiana, por ser semelhante à do MST, centro de nossa análise. Essa revolta tinha perfil antagônico à Inconfidência Mineira, arquitetada por advogados, magistrados, militares, padres e ricos contratantes, ou seja, a elite da capitania. A Conjuração Baiana não se limitou a uma elite de intelectuais e brancos livres e ao ideário político liberal. Diversos atores sociais estiveram envolvidos na revolta e, ao contrário da revolta mineira, a conjuração baiana teve a participação e a liderança dos deserdados – brancos, pobres, mulatos, negros livres e escravos –, cujas preocupações eram sociais e raciais, voltadas ao fim da escravidão e abolição dos privilégios sociais e econômicos (Santos, 2018). A Luta girava em torno não só da separação dentre Brasil e Portugal, mas também em torno de modificações internas de uma sociedade, onde o preconceito reinava e os privilégios eram reservados à classe dominante – nesse caso, os grandes proprietários.

No Brasil, historicamente é possível detectar a existência de inúmeras revoltas que resultaram conflitos em torno de problemas oriundos de injustiças sociais. Na literatura sobre os movimentos sociais brasileiros, é perceptível que alguns têm um caráter político-religioso, como a Guerra do Contestado, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, que teve o monge José Maria como líder, cujo objetivo era a conquista das terras para as pessoas que delas foram expulsas com a ação da empresa norte-americana *Railway Company*, para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande (Santos, 2010).

De acordo com Gohn (2007) os movimentos tinham dificuldades de se estabelecer ou de permanecer no poder, sendo em maior ou menor tempo massacrados nas várias regiões do país pelas forças da legalidade imperial, tendo apoio dos membros do clero, atuavam como líderes ou ideólogos e prestavam assessoria aos dirigentes das camadas populares. As alianças de classes existentes eram tênues e contraditórias. No Brasil historicamente podemos detectar a existência de inúmeras revoltas que resultaram em conflitos, geralmente ocorrendo em torno de problemas oriundos de injustiças sociais.

A atuação dos movimentos no século XX é, também, destaca-se, a exemplo das Ligas Camponesas nos anos 1960 e a figura importante da década, o educador Paulo Freire, que teve seus métodos adotados em alguns espaços não escolares e a relação entre a educação escolar, ensino superior e os movimentos sociais foram estreitadas, evidenciando-se nas mobilizações de maio de 1968. Esses conflitos ocorreram devido às injustiças sociais sofridas por uma parte

da sociedade que não faziam parte da elite, que centralizava o poder e direcionava suas ações visando apenas o interesse da classe dominante.

No período compreendido entre o fim da década de 1970 e 1980 encontra-se o ápice dos movimentos sociais populares que, inspirados no ideário da Teologia da Libertação, contavam com o apoio do movimento cristão, articulados contra os regimes militares. No final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário mudou, houve importante desmotivação e declínio das manifestações populares. A crise que respondia ao cenário sociopolítico do país, que se encontrava em um momento de radicalização. Porém, segundo Gohn (2011, p. 342), isso não impediu que os grupos “contribuíssem decisivamente via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais”, inscritos em Lei na nova Constituição Federal de 1988. O Brasil foi palco do surgimento de vários movimentos populares e, à medida em que as políticas neoliberais avançaram, os movimentos que lutavam contra as reformas estatais, contra a fome, o desemprego e por aposentadoria, dentre outros, destacaram-se no cenário brasileiro.

Os movimentos sociais no atual cenário brasileiro alcançam diversos campos de atuação; são constituídos movimentos que associam entes como as favelas, movimentos específicos com pautas sociais como emprego, moradia, saúde, educação e cultura, dentre outras pautas. Além disso, surgiram com expressiva força movimentos com demandas seculares a respeito da terra, demandada para produzir, como o MST².

A pauta defendida pelo MST na luta pela reforma agrária é aversa à grande concentração de terras, que faz surgir uma forma de poder discrepante e desigual. A concentração territorial tornou-se importante na modernização da agricultura, cujo poder de atuação permaneceu intacto, uma vez que vem, ao longo de décadas, tendo grande representatividade na política nacional tradicional.

Até janeiro de 1984, quando nasce de maneira formal o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a representação dos trabalhadores rurais ficava sob a responsabilidade da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os trabalhadores mais enérgicos, sob orientação do Partido Comunista, conseguiram retornar após 1968 ao comando da entidade, desde 1964 sob o comando da Ditadura Militar que havia tomado o poder em 1964.

² O MST inclui nas suas objetivas questões sociais, políticas e econômicas. Segundo Santos (2010) *apud* Fernandes (2000, p. 87), o Movimento é autônomo porque suas definições não estão subordinadas a outros movimentos ou instituições – como partidos, sindicatos, igrejas e outros. E heterônomo, porque na sua luta pela reforma agrária envolve todas essas instituições. Todos participam apoiando a luta; entretanto, quem a faz acontecer de fato são os trabalhadores, que iniciam a luta na terra, com a ocupação, na fase do acampamento.

Somente após esse retorno ao comando da CONTAG e em conjunto com os sindicatos foi possível uma mobilização nacional que construiu uma identidade do trabalhador rural brasileiro. Vale ressaltar, os primeiros movimentos sociais de luta pela terra se originaram do processo de modernização da agricultura, com as ligas camponesas, antes do início do Golpe Militar de 1964. A união entre várias entidades sindicais e vários outros grupos sociais ligados ao campo e à Igreja Católica foram fundamentais para o nascimento da Reforma Agrária no Brasil.

Adversa ao Regime Militar, a luta pela terra continuou em todo o território e, com a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), os movimentos sociais cresceram e se articularam em 1975. Nesse momento histórico, novos atores são agregados ao processo de luta pela reforma agrária e pelo fim da violência praticada contra aqueles expropriados da terra, que passou a atingir os seus defensores – os padres, os agentes de pastorais, os advogados e lideranças diversas.

Outro fator impactante, a modernização da agricultura nacional contava com a disponibilidade de capital para investimento na compra de novas áreas, passando a avançar sobre terras antes não valorizadas, tais como as terras da região amazônica e sobre o Cerrado, áreas até então ocupadas por indígenas e posseiros. Como afirma Servelo (2015):

A dinâmica que essa modernização assumiu ao longo dos anos 1970, com amplo apoio dos governos militares, tem sido apontada como um fator central do processo, que se intensificou ao longo daquelas décadas de expropriação dos trabalhadores do campo (expulsos tanto do interior das fazendas, como das posses em áreas que se tornaram objeto do avanço das empresas), gerando migrações para outras áreas em busca de terras ainda não apropriadas pelo capital. (Servelo, 2015, p. 334).

Essa busca por novas áreas com incentivos fiscais e abertura de terras públicas incentivadas pelo Estado brasileiro, o capital provocou um crescimento desordenado nas regiões periféricas de cidades médias e pequenas, ocasionando o acirramento dos conflitos. Estes conflitos passaram a ter por mediadores a Comissão Pastoral da Terra (1975) juntamente com os sindicatos, os quais, por meio do Estatuto da Terra, articularam-se para que o documento fosse usado de fato na resolução das questões nas áreas de conflito.

Para Santos (2013), existem controvérsias quanto ao surgimento do MST, pois ocupações se deram no município de Ronda Alta/RS, no ano de 1979, o que é considerado por Morissawa (2001) e Fernandes (2000) como o marco inicial do Movimento. Fernandes (2001) define esse momento como prelúdio para a origem do MST, já que os fatos antecederam sua

fundação. Porém, o MST reconhece como momento de sua fundação o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorrido em 1984, em Cascavel/PR.

De seu surgimento à sua consolidação, o Movimento passou por um processo de territorialização³ entre 1990 e 1999. Nos termos de Natalio (2009), o processo e conceito está relacionado a formas de organização e reorganização social, modos distintos de percepção, ordenamento e reordenamento quanto às relações com o espaço, sendo entendido como parte do. Nesse tempo, o Movimento se territorializou na região Centro Oeste, Distrito Federal (1992) e em Mato Grosso (1995) e na região Amazônica, nos estados do Pará (1990) e Tocantins (1999). Após esse período, expansão do MST alcançou os demais estados brasileiros.

A estrutura organizacional inicial do Movimento foi composta em instâncias, sendo elas: Congresso Nacional, Coordenação Nacional, Encontros Estaduais, Coordenações Estaduais, Coordenações Regionais, bem como Coordenações de assentamentos e acampamentos (Santos, 2013). Esse modelo foi configurado no início dos anos de 1990, e a partir daí MST se organizou em diversos setores: Frente de Massa, Produção, Educação, Comunicação, Formação, Finanças, Gêneros e Projetos Nacionais, que são subdivididos em Relações internacionais e Direitos Humanos. Para Arroyo (2004, p. 65) “a figura do MST tem algo de contagiante para toda a sociedade brasileira, porque toca em valores muito tensos e próximos, como o direito à terra”. Nessa concepção, o olhar sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve ser percebido a partir da perspectiva dos sujeitos que o compõem, sendo estes os formadores da sua própria história.

3.3 O Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST

O Movimento de Libertação dos Sem Terra foi fundado em 1994. Diferente do MST, os quais seus coordenadores são ligados à área rural, a coordenação do MLST não era ligada diretamente à terra. Mitidiero (2022) informa que “a essência de sua gênese surgiu da reunião de pessoas ligadas historicamente à luta política na cidade e não a partir da luta no campo, ou seja: a partir de um acampamento ou de um conflito fundiário qualquer”.

Sobre o ideário do movimento, no que se refere ao Estado de Minas Gerais, e mais precisamente a respeito de alguns municípios do Triângulo Mineiro – as cidades de Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba, temos a contribuição de Victor (2016): “a política de Reforma Agrária do

³Ver Fernandes (2000a).

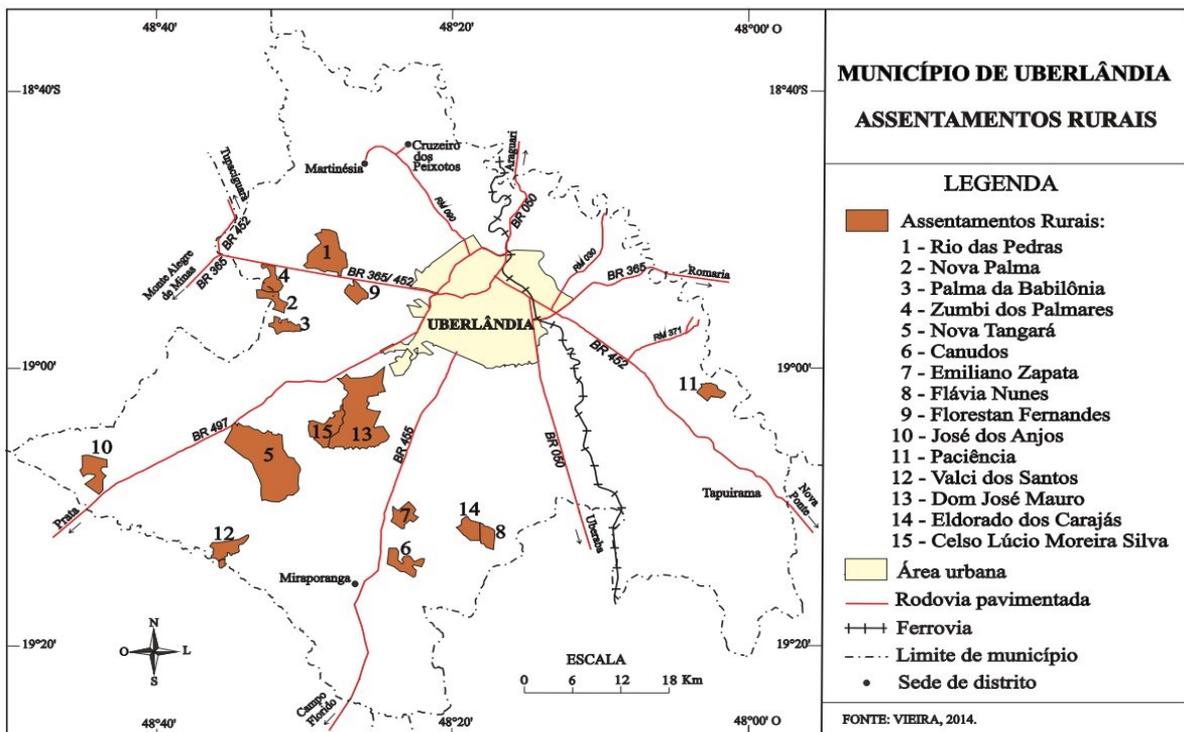
MLST para o país acredita que o sentido da luta é corrigir a distorção social de mais de 500 anos; acabar com a concentração de terra e sua mercantilização”. Nesse viés, segue o próximo capítulo que aborda o Projeto de Assentamento Emiliano Zapata.

Os movimentos MST e do MLST são os mais atuantes na região do Triângulo Mineiro. Pelo do Assentamento Emiliano Zapata ser ligado ao MST, optou-se por dar maior destaque a estes dois representantes dos movimentos sociais que lutam pelo território no município de Uberlândia-MG.

4 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: O ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA

De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), a maioria das propriedades rurais do município de Uberlândia possuem acima de 100 hectares. Em outros termos, há concentração fundiária, o que não é característica do município, mas nacional, de acordo com dados de 2017 do IBGE, embora a agricultura familiar continue sendo o maior contingente dos estabelecimentos (77%), ocupando uma área de 80,89 milhões de hectares – ou seja 23% do total da área agrícola nacional.

Mapa 2 – Distribuição dos Assentamentos Rurais em Uberlândia (2023)

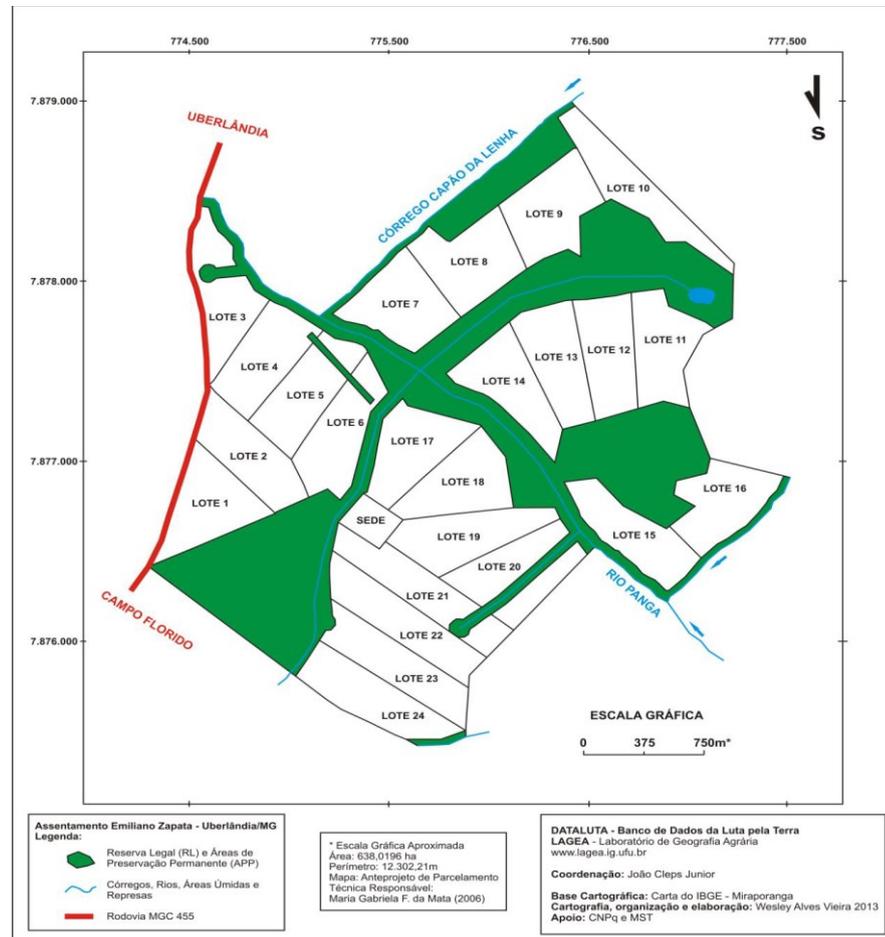


Fonte: Vieira (2014).

Em 2012, Uberlândia-MG tinha 15 assentamentos. Desse ano até 2023 não houve a homologação de novos assentamentos. A existência de quinze assentamentos é um número expressivo, fato que coloca o município em quarto lugar na classificação nacional. É nesse cenário que, em 1997, teve início a criação do Acampamento Emiliano Zapata, no então Acampamento Zumbi dos Palmares – formado por 22 famílias vindas de diferentes regiões do Brasil e do município de Uberlândia. Em 1999 foi criado o Assentamento Zumbi dos Palmares e as famílias excedentes tiveram que sair (Vieira, 2014, p. 145). Assim, os acampados do Emiliano

Zapata iniciam uma nova jornada de luta por um pedaço de terra.

Mapa 3 – Área Assentamentos Rurais em Uberlândia (2023)



Fonte: Vieira (2013).

Segundo Vieira (2014), foram muitas as chegadas e saídas, ou seja, ocupações, despejos e abrigos; as famílias do Zapata lutaram seis anos (de 1999 a 2004), antes de serem assentadas. No primeiro ano, ocuparam três fazendas (Palma da Babilônia, São Domingos e Douradinho no município de Uberlândia, com despejos quase imediatos após ocupações que duraram dois ou três dias. O tempo de reivindicação foi de três meses na fazenda Douradinho, quatro meses estiveram acampados à beira do Rio Uberlândia, onze meses na Fazenda Garupa e, finalmente, quatro anos na FERUB. Entre os desafios e conflitos com a polícia e com o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), famílias aderiam e desistiam da luta, em alguns momentos.

Nesse contexto, o Assentamento Zumbi dos Palmares abrigava as famílias sem-terra que não tinham para onde ir. Vale dizer, antes de terem o Assentamento demarcado pelo Inca, as famílias não poderiam acessar os programas sociais do governo federal.

Nem sonhava com Pronaf, morava embaixo de uma casa de lona, trabalhava no acampamento, organizando os grupos de formação educação. Viajava muito, muita dificuldade alimentar, o Incra que fornecia cesta básica, pegava emprestado, trocava o pasto pelo leite das crianças. (Entrevista 1).

As famílias só conseguiram atingir parte dos seus objetivos quando, em 2004, a antiga Fazenda Santa Luzia tornou-se, de fato, o Assentamento Emiliano Zapata e foram emitidos os Contratos de Concessão de Uso (CCU) para a área de 645 hectares, onde foram instaladas 25 famílias. Dizer “parte dos seus objetivos” pressupõe que a luta continua: por infraestrutura, moradia, água, energia, recursos para preparar a terra e produzir. Mesmo com os objetivos incompletos, conforme Vieira (2015), o Assentamento Emiliano Zapata é considerado por determinadas lideranças do movimento como um dos assentamentos mais aparelhados e potencializados pelo MST na cidade de Uberlândia. Tem uma expressiva produção agropecuária baseada, sobretudo, em hortaliças e leite, com quintais organizados e, além disso, é um assentamento que concentra boa parte das lideranças do MST na região.

O Projeto de Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia é o mais representativo em termos de experiências da Reforma Agrária no município e no Triângulo Mineiro. Independente do movimento ao qual estão ligados, poucos assentamentos na região, considerando o conjunto de famílias, tiveram estratégias de reprodução e inserção social como o Emiliano Zapata, área que sobressai pelas experiências das famílias em suas trajetórias de luta, identificadas durante as pesquisas de campo, algumas relatadas no subitem anterior; pelos desafios de permanência na terra que as famílias enfrentam após a conquista; pelas contribuições ao MST e do MST ao assentamento; pelas possibilidades econômico-sociais das políticas públicas presentes no assentamento que, mesmo necessitando de avanços, dão sinais de que são importantes e fundamentais na Reforma Agrária. (Vieira, 2014, p. 165).

Após 19 anos de criação do Assentamento Emiliano Zapata, houve conquistas, dentre as quais podemos destacar a substituição dos barracos de lona por casas de alvenaria, acesso a rede elétrica e à rede de telefonia. A organização sempre foi destaque no Assentamento desde a sua consolidação e continua dessa forma. Em 2004 foi criada a Associação dos Assentados (Campra) e em 2013 a Cooperativa Coopercampra. O objetivo ao criar a cooperativa, além de alcançar representatividade, foi obter recursos do governo sem se valer subsídio, recurso com necessária prestação de contas ao governo, de forma que os cooperados decidissem a melhor forma de aplicação dos recursos, autonomamente. Na pesquisa de campo, para fazer coleta de dados, foi marcada uma entrevista, que aconteceu no Assentamento Emiliano Zapata.

FIGURA 2 – *Banner* no P. A. Emiliano Zapata

Fonte: Autora, PA Emiliano Zapata Banner, 2023

Esses recursos foram essenciais na compra de veículos que auxiliam no escoamento da produção. Ainda, a maioria dos barracos de lona foram substituídos por casas de alvenaria com banheiro, energia elétrica, água potável e tornou-se possível a instalação de uma torre de celular, o que auxilia de forma importante na venda da produção, nas participações em editais de venda nas esferas municipal, estadual e federal.

Alguns assentados não têm habilidade para efetuar inscrição nas licitações, acessando a internet. A Cooperativa, então, disponibiliza funcionários para auxiliá-los no que for preciso. Vale ressaltar que antes dessas conquistas o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/Proex/UFU) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, faziam (e ainda fazem) as inscrições, pois não são todos os assentamentos que alçaram organização suficiente para obter suficiente capacitação.

Todos os cooperados pagam uma taxa à cooperativa que poderá variar entre 5% e 25%. O cálculo é feito somando-se os valores de todos os contratos firmados e o agricultor familiar recebe o valor dos produtos vendidos já com desconto. A agroindústria, vale dizer, é outra conquista importante para os assentados. Na industrialização da mandioca, por exemplo, o produto sai embalado, com selo de origem, o que permite que seja vendido em supermercados

e no comércio em geral, ampliando as opções de venda para os assentados.

FIGURA 3 – Canteiros novos no P. A. Emiliano Zapata



Fonte: Autora. P. A. Emiliano Zapata, 2023.

A Coopercampra conta com 65 cooperados, inclusive dos municípios vizinhos – Prata, Araguari e Uberaba. Dessa forma, consegue atender 55 contratos em Uberlândia, Araguari, Prata, Veríssimo e Monte Alegre, atingindo um faturamento anual na ordem de R\$ 800,000,00 no final de 2018. O *banner* da cooperativa, apresentado na Figura 2, fica na entrada do galpão. No entanto, Coopercampra vive desafios importantes. Devido ao corte de recursos dos órgãos compradores dos alimentos da agricultura familiar (PAA, PNAE e Conab) e em razão da pandemia da COVID-19, a receita da cooperativa caiu de forma expressivamente negativa para um quarto, ou seja, R\$ 200.000,00.

TABELA 6 – Uberlândia: Preços de referência da agricultura familiar no ano 2023 (em R\$ bilhões)

Produtos	Preços médios (em R\$)	Cooperativas (em R\$)	Coopercampra (em R\$)
Abacate (kg)	9,86	6,65	“n/d”
Abacaxi (pç)	5,74	4,30	4,30
Abóbora Cabotia (kg)	3,99	3,70	3,00
Abobrinha (kg)	5,65	4,60	3,60
Alface (pç)	3,50	3,50	2,70
Alface orgânica (pç)	“n/d”	5,00	3,75
Almeirão (mç)	“n/d”	“n/d”	2,70
Batata Doce (kg)	5,32	5,10	3,80
Batata Inglesa (kg)	5,80	4,90	“n/d”
Banana Prata (kg)	6,14	5,60	4,10
Beterraba (kg)	5,65	4,50	4,05
Biscoito Polvilho (kg)	38,11	38,11	“n/d”
Brócolis (kg)	“n/d”	“n/d”	4,80
Berinjela (kg)	“n/d”	“n/d”	2,90
Cenoura (kg)	5,77	4,20	3,60
Cheiro Verde (mç)	2,35	2,35	2,35
Cebolinha (mç)	2,35	2,35	2,35
Couve (mç)	3,38	3,50	2,70
Couve orgânico (mç)	3,38	5,00	3,75
Chuchu (kg)	5,82	4,50	“n/d”
Espinafre (mç)	“n/d”	“n/d”	2,70
Goiaba (kg)	11,96	7,00	“n/d”
Inhame (kg)	8,15	6,00	“n/d”
Rúcula (mç)	“n/d”	“n/d”	2,70
Jiló (kg)	“n/d”	“n/d”	5,00
Limão (kg)	“n/d”	“n/d”	4,20
Laranja Pera (kg)	3,50	3,50	“n/d”
Mandioca Descascada (kg)	7,82	11,50	3,50
Mandioca (kg)	“n/d”	“n/d”	3,50
Melancia (kg)	2,40	3,55	2,90
Mexerica Ponkan (kg)	6,49	5,99	“n/d”
Milho verde (kg)	11,08	10,50	4,00
Mamão Formosa (kg)	8,31	5,90	“n/d”
Manga Palmer (kg)	7,77	5,50	“n/d”
Manga Tomy (kg)	7,60	5,50	“n/d”
Ovos (dz)	12,73	14,50	11,20
Pimentão (kg)	“n/d”	“n/d”	5,00
Repolho (kg)	4,15	3,90	3,00
Repolho orgânico (kg)	“n/d”	4,90	3,70
Tomate (kg)	4,82	6,00	6,00
Vagem (kg)	“n/d”	“n/d”	12,00
Alface (kg)	“n/d”	“n/d”	5,70
Couve (kg)	“n/d”	“n/d”	10,24
Cebolinha (kg)	“n/d”	“n/d”	9,50

Fonte: Coopercampra (2022); COOPERCAMP (2023).

Nota: Tabela elaborada a partir dos dados da PMU (2022) e de documento impresso fornecido pela COOPERCAMP (2023).

Como visto na Tabela 6, alimentos como alface orgânica, almeirão, brócolis, berinjela, espinafre, rúcula, jiló, limão, mandioca *in natura*, pimentão e vargem não entraram na Licitação, sendo produzidos e ofertados pelas cooperativas – exceto a goiaba, que é fornecida por um produtor independente do município de Araguari.

No assentamento, as famílias ligadas ao MST aprenderam a cultivar e produzir sem uso de agrotóxicos, com adubação orgânica. Aprenderam, inclusive, a controlar as pragas com uso de defensivos orgânicos ou naturais, visando à qualidade e à alimentação saudável. Mesmo que o processo de produção sustentável ou orgânica seja ainda incipiente devido, sobretudo, a má qualidade do solo deixada pelo antigo proprietário da fazenda onde é o Emiliano Zapata, constatada pelas famílias por meio de análises que fizeram. Elas se esforçam para não terem que usar nenhum tipo de produto químico e tóxico ao meio ambiente e à saúde. Contudo não basta a boa vontade e os esforços das famílias em produzirem alimentos saudáveis, pois, no entorno do assentamento, é intenso o uso de agrotóxicos nas lavouras de cana, café, milho e de experimentos de empresas rurais especializadas. (Vieira, 2014, p. 133).

Os assentados estão sempre investindo em plantios novos, de forma a atender os contratos firmados, as cozinhas comunitárias e as feiras livres, conforme se vê nas figuras 3 e 4.

FIGURA 4 – Plantio de tomates no P. A. Emiliano Zapata



Fonte: Autora. P. A. Emiliano Zapata, 2023.

Em relação à Chamada Pública, a Prefeitura Municipal elabora o relatório de formação de preços consultando de preços em três sacolões e três feiras livres. De posse dessa pesquisa, é calculado o preço médio que constará no edital. Vale lembrar que os preços são sempre do ano anterior. Em 2023 foi aberto processo licitatório por meio da Chamada Pública CH 715/2022, onde constam as informações necessárias que situam a participação dos agricultores. Das disposições gerais do edital, ficou determinado que:

7.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal, se for o caso.

7.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00. (PMU, 2022).

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, cinco cooperativas cumpriram todas as exigências do edital e estão aptas a fornecer seus produtos para a merenda escolar. São elas as instituições apresentadas na Tabela 7.

TABELA 7 – Uberlândia: Cooperativas e número de cooperados da agricultura familiar em 2023

COOPERATIVAS	NÚMERO DE COOPERADOS
APFARP	89
COOFARP	20
COOPERTANG	58
COOPERSAFRA	45
COOPERCAMPRA	38

Fonte: PMU (2022). Elaborado pela autora a partir da Fonte.

Com a eleição do presidente Lula, os agricultores familiares estão na expectativa de que os volumes de compra por parte do governo voltem aos patamares anteriores ou que fiquem acima deles, uma vez que os valores destinados ao Pronaf anunciados, que eram de R\$ 39.3

bilhões, saltou em 2022 para R\$ 71.6 bilhões. Em relatório de 2023 publicado pela Conab no mês de julho, com a retomada das compras na modalidade Doação Simultânea que totalizam R\$ 1.1 bilhão, o número de inscrições de agricultores familiares e projetos de associações para o PAA somaram 3.700 propostas.

Essa demanda é uma demonstração de que a nossa agricultura familiar é muito potente e resistiu a tempos de esvaziamento das políticas para o campo agrícola de um modo geral. O governo tem o compromisso de ampliar as políticas para garantir renda ao produtor e enfrentar a fome. Este resultado é um passo inicial para alcançarmos este objetivo. (Conab, 2023).

A agricultura familiar na gestão Bolsonaro ficou desamparada, sem recursos, sem técnicos, sem assistência técnica e sem ter como vender para os programas do governo federal, vez que estes ficaram sem recursos financeiros para operá-los.

A COVID-19 provocou o fechamento das feiras livres e, com isto, acirrou o “desespero” dos agricultores, que ficaram sem saber como sustentar a família, como pagar as suas dívidas; houve muita perda e não havia como escoar a produção. Ações da sociedade civil, tentaram amenizar as perdas dos assentados do PA Emiliano Zapata por meio da compra dos produtos a serem usados nas cozinhas solidárias. O Cieps-UFU também contribuiu por meio das sacolas solidárias, fazendo a divulgação nas redes sócias, os clientes faziam os pedidos via WhatsApp e os agricultores entregavam diretamente ao comprador. O consumidor também pôde comprar diretamente dos agricultores, indo no Assentamento efetuar suas compras. Todas essas ações amenizaram parcialmente as perdas provocadas também pelo desmonte dos programas das políticas públicas ligadas ao Pronaf. Porém, nem todos os assentados tiveram essa oportunidade, muitos se viram em situações extremas, ao ponto de passarem fome; situação contraditória, sendo os agricultores familiares os principais fornecedores de alimentos para a população brasileira.

Ao longo de seus dezenove anos, de 2004 a 2023, o Assentamento Emiliano Zapata vem se organizado. Primeiramente, foi criada a associação Acampra, associação esta que se tornou muito importante, pois por meio dela conseguiram acessar políticas do Pronaf e os recursos deste foram usados para melhorar a produção e assinar um número maior de contratos para o fornecimento de produtos – não só para o PAA, mas também para a Prefeitura Municipal de Uberlândia e mais cinco prefeituras da região, Batalhão do Exército Brasileiro, feiras livres, feira solidária na UFU/Campos Santa Mônica aos sábados e também em um *box* do Mercado Municipal, na região central da cidade.

A criação da Coopercampra é mais uma conquista dos assentados. Além dos próprios cooperados que moram no Assentamento, moram assentados de outros assentamentos e até mesmo de cidade vizinhas e essa organização permite aos assentados assinarem maior volume de contratos de fornecimento.

No Assentamento, além das hortaliças orgânicas, há produção de ovos caipiras e de leite, o qual é entregue a um laticínio da cidade e criação de alguns equinos. No processo de preparação do solo, além do sistema de mutirão, há o emprego de mão de obra externa, com a contratação de diárias.

A oportunidade de conhecer de perto o modo de produção dos Assentamentos e foi gratificante, primeiro porque derrubou o mito de que pessoas que se envolvem com o MST são bandidos e não gostam de trabalhar; pelo contrário, são pessoas que trabalham muito, pois a produção orgânica requer demanda de mão de obra e cuidado, uma vez que não fazem uso de agrotóxico, o controle de pragas é natural.

Os últimos quatro anos não foram fáceis, foram anos de resiliência, persistência e adaptações, mas que ficaram para traz. Com a eleição do novo presidente, que assumiu no início de 2023, deu início a esperança de um novo recomeço, uma vez que a elevação dos créditos do Pronaf, do PAA e a volta das compras dos estoques reguladores pela Conab trouxeram alívio para os assentados e a perspectiva nova de um futuro de reconstrução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, havia uma inquietação pessoal sobre os desmontes das políticas públicas entre os anos de 2019 e 2022, dentre elas o Pronaf. Nos principais meios de comunicação constantemente se falava sobre e, no entanto, quando se consultava o site do Ministério da Agricultura e Pecuária, o valor alocado ao Programa apontava crescimento ano a ano.

Nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo geral demonstrar se de fato esses desmontes ocorreram e de que maneira as alterações afetaram as políticas públicas para a agricultura familiar no Assentamento Emiliano Zapata.

Foi preciso compreender que, de fato, os programas ligados ao Pronaf é que foram afetados – programas como o PNAE, PAA, responsáveis pela compra direta da produção dos assentados. O PNAE não teve reajuste anuais no seu orçamento, o que reduziu a quantidade produtos a serem adquiridos para a merenda escolar.

O PAA, vale informar, vem enfrentando a diminuição de recursos desde 2016, no governo Dilma, sob pressão dos opositores, que culpavam os benefícios das políticas públicas sociais pela crise financeira que o país atravessava.

Com o *impeachment*, assume Michel Temer, o qual reduziu ainda mais os recursos do Programa. O menor valor de recursos destinado ao programa ocorreu na gestão do então presidente Bolsonaro, quando foi alcançado o menor valor desde a sua criação em 02 de julho de 2003, afetando de forma significativa a comercialização da produção oriunda dos pequenos agricultores familiares, da qual o governo federal era seu principal comprador.

Outros programas também foram afetados pela falta de recursos, a exemplo da Conab, responsável pelos estoques reguladores do governo federal. Além da diminuição das compras oriundas dos agricultores familiares, foram fechadas 27 unidades no país. A redução dos estoques reguladores ocasionou uma escalada de preços dos alimentos, reduzindo o poder de compra de milhares de famílias brasileiras.

O Pronaf Mais Alimentos e o Pronaf Investimento foram outras duas linhas de que beneficiaram a agricultura familiar, duramente afetada com a suspensão dos contratos por falta de recursos no Plano Safra 2018/2019, repetido no Plano de 2019/2020.

Por seu turno, de acordo com os resultados apresentados pela pesquisa bibliografia e pela pesquisa de campo, de fato houve um desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar no Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia-MG e esse desmonte afetou

diretamente os agricultores familiares do Assentamento, que ficaram sem recursos para a produção, para a compra de sementes, bem como sem assistência técnica. Muito dos alimentos produzidos foram perdidos, uma vez que os programas federais ficaram sem recursos para efetuar a compra.

Outro agravante foi a pandemia da COVID-19, que resultou no fechamento das feiras livres, deixando os assentados sem mais um meio de escoar sua produção. Os agricultores se viram perdendo produção, sem saber para quem vender e como pagar as contas dos investimentos feitos.

O Cieps-UFU teve papel relevante na busca de alternativas que pudessem amenizar o desespero dos assentados, criando a Sacola Solidária e realizando divulgação pelas redes sociais. Os movimentos sociais também contribuíram realizando a compra de produtos para serem usados nas cozinhas comunitárias e a venda interna direta do assentado.

Como visto, o desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar nem sempre as condenam a um fim, mas à retirada de recursos orçamentários, à desmobilização e à extinção de Conselhos, à fragilização institucional. Estes são investimentos contra a agricultura familiar que atrasam seus planos e os obrigam a traçar diretrizes novas.

É preciso considerar que as construções das políticas públicas no Brasil sempre se deram em meio à alternância, a retrocessos e conquistas, e os vieses políticos antagônicos ditam a intensidade das discussões. Nesse sentido, as pautas neoliberais retomadas no governo Temer e aprofundadas no governo Bolsonaro intensificaram os desmontes das políticas públicas. De fato, as promessas de campanhas políticas que investiam contra movimentos como o MST foram cumpridas por meio de medidas provisórias ou por meio de decretos.

Vale dizer, por mais que sejam pesquisados os desmontes que, de fato, aconteceram, estudos futuros mais amplos poderão dimensionar o quanto as políticas neoliberais afetaram as conquistas sociais e o quanto a agricultura familiar foi afetada.

É importante destacar que os presentes resultados são passíveis de ampliações, uma vez que a pesquisa poderá ser estendida a outros assentamentos do município de Uberlândia e da região e não são todos que possuem a mesma organização do Assentamento Emiliano Zapata, com a associação Acampra e a cooperativa Cooperacampra; são organizações diferentes e os efeitos dos desmontes podem tê-las afetado de outras formas, podendo ser com mais ou menos intensidade.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas sejam aprofundadas em Campo e que o tempo para a coleta de dados seja amplo, com outros agricultores familiares sendo entrevistados e outras análises de dados sendo feitas, de forma a contribuir para uma melhor compressão da

realidade dessa classe, fornecedora da maior parte dos alimentos que compõem a mesa da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. M.; DUARTE, J. D. AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS: o panorama do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Campo e Território: Revista De Geografia Agrária**, v. 16, n. 43, p. 357-377, dez., 2021.

ARAÚJO, M. N. R. de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2007.

ARROYO, M. G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: [//www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

BACEN (Brasil). **HISTÓRICO DE EXECUÇÃO DO PAA**. In: BACEN [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/historico-de-execucao-do-paa>. Acesso em: 15 out. 2023.

BACEN (Brasil). **Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. BACEN [Brasil]: 2023. Acesso em: 22 out. 2023.

BAIARDI, A. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, n. 52, suppl 1. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/resr/a/dxsbz7BBkJBzrBSTKJMHwkf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BANCO DO BRASIL (Brasil). **Quantidade e Valor dos Contratos por Região e Brasil**. BANCO DO BRASIL [Brasília, DF]: 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl>. Acesso em: 21 out. 2023.

BANCO DO BRASIL (Brasil). **Pronaf Custeio**. In: BANCO DO BRASIL: 2023. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios/custeio/pronaf-custeio>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BNB (Brasil). **Plano Safra 2022-2023, Grupos e Linhas Pronaf**. In: Banco do Nordeste [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://bnb.gov.br/documents/45735/361459/Plano+Safra+2022-2023+-+Quadro+Resumo+%28Tabela+Grupos+e+Linhas+Pronaf%29.pdf/fla81679-ce5c-6849-d80d-b164248cf765?version=3.0&t=1658349370745&download=true>. Acesso em: 15 out. 2023.

BNDES (Brasil). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: BNDES [Brasil]: 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BNDES (Brasil). **BNDES destinará R\$ 5,1 bilhões do Plano Safra 2021/2022 a pequenos agricultores**. Agricultura. In: BNDES [Brasil]: 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-destinara--rs-5-1-bilhoes-do-plano-safra-2021-2022-a-pequenos-agricultores#:~:text=Neste%20Plano%20Safra%202021%2F2022,empresas%20e%20cooperativas%20do%20setor>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. BRASIL [Secretaria-Geral]: 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,da%20Uni%C3%A3o%3B%20e%20d%C3%A1%20outras. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Senado Federal, [2006]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL DE FATO (Brasil). **Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro**. In: BRASIL DE FATO [Brasil], 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 15 out. 2023.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. São Paulo: Estudos Avançados, v. 15, p. 207-224, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103. Acesso em: 20 out. 2022.

CAMPOS, J. F. de S.; COCA, E.; L. de F. **DALUTA: questões agrárias e coletivo de pensamentos**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2014. 360 p.

CONAB (Brasil). **Volta do PAA: Conab recebe mais de 3.700 propostas, totalizando R\$ 1,1 bilhão**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5060-volta-do-paa-conab-recebe-mais-de-3-700-propostas-totalizando-r-1-1-bilhao>. In: CONAB [Brasília]: 2023. Acesso em: 05 nov. 2023.

CONAB (Brasil). Companhia Nacional de Abastecimento. **Governo lança Plano Safra da Agricultura Familiar com redução de juros para produção de alimentos**. CONAB [Brasília, DF]: 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5052-governo-lanca-plano-safra-da-agricultura-familiar-com-reducao-de-juros-para-producao-de-alimentos#:~:text=Ser%C3%A3o%20destinados%20R%24%2071%2C6,o%20maior%20da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica>. Acesso: 09 out. 2023.

CONAFER (Brasil). **Governo Suspende Mais Alimentos Por Falta de Verba**. In: CONAFER [Brasil]: 2020. Disponível em: [https://conafef.org.br/governo-suspende-pronaf-mais-alimentos-porfaltaverba/#:~:text=A%20Contag%20\(Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos,suspenso%20por%20falta%20de%20recursos](https://conafef.org.br/governo-suspende-pronaf-mais-alimentos-porfaltaverba/#:~:text=A%20Contag%20(Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos,suspenso%20por%20falta%20de%20recursos). Acesso em: 22 out. 2023.

CONDOSEF (Brasil). **Desmonte da Conab tem impacto na insegurança alimentar que atinge milhões de brasileiros**. In: CONDOSEF [Brasil]: 2022. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/desmonte-conab-tem-impacto-inseguranca-alimentar-que-atinge-milhoes-brasileiros>. Acesso em: 15 out. 2023.

DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil - 2000-2012. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27. Edição Especial I – XXII ENGA, p. 126-148, set. 2015.

ENTREVISTA 1. **Medidas adotadas pelo governo Bolsonaro**. Entrevistadora: Eliete Almeida dos Santos. Uberlândia, 2023.

EMBRAPA (Brasil). **Sobre o tema**. Agricultura Familiar. EMBRAPA [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/350149>. Acesso em: 21 out. 2023.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre**, nº 15, São Paulo: AGB, p. 59-85, 2000b.

FERNANDES, B. M; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, B. M. **A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita.** In: SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FERNANDES, B. M. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.** In: GRIZA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

FNDE (Brasil). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** In: FNDE [Brasil]: Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FNDE (Brasil). **Governo Federal reajusta valores da alimentação escolar Correção no per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) varia entre 28% e 39% e beneficiará cerca de 40 milhões de estudantes.** In: Ministério da Educação/FNDE: 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar#:~:text=Estudantes%20contemplados%20no%20Programa%20de,\)%3A%20R%24%200%2C68](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar#:~:text=Estudantes%20contemplados%20no%20Programa%20de,)%3A%20R%24%200%2C68). Acesso em: 15 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Campinas: **Rev. Bras. Educ.** v. 16, p.333-363, 2011.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, s125-1146, fev./2015.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. de M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, n. 10, p. 123-147, 2010.

HESPANHOL, R. A. de M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Scripta Nova: **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 270, p.1-14, 2008.

HESPANHOL, R. A. de M. Políticas públicas de desenvolvimento rural I: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho/sc. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, p. 29-58, ago., 2017.

IBGE (SIDRA). **Tabela 6778**. 2017. In: IBGE/Sistema IBGE de Recuperação Automática: 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#/n6/3170206/v/all/p/all/c829/all/c309/10969/c218/46502/c12553/46523/c12517/113601/c220/110085/l,p+c309+c218+v,t+c12553+c12517+c220+c829/resultado>. Acesso em: 15 out. 2023.

IBGE (SIDRA). **Tabela 6778**. 2017. In: IBGE/Sistema IBGE de Recuperação Automática: 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6778#resultado>. Acesso em: 15 out. 2023.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. IBGE/Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE (Brasil). **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 23 out. 2022.

INCRA (Brasil). **Assentamentos**. In: INCRA [Brasil]: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 15 out. 2023.

IPEA (Brasil). **INDICADOR REGIONAL. EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO PRONAF NAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 2000-2020**. In: REPOSITÓRIO IPEA: 2022. Disponível em : https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10709/1/BRUA24_30_Indicador_artigo22.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

JACCOUD, L. *et al.* **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. 435 p.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 50 p.

LEITE, S. P. et al. **Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11959/1/220426_LV_Desmontes_Cap13.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

MST (Brasil). **Quem somos**. In: MST [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MAPA (Brasil). **Plano Safra 2021/2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022>. In: MAPA [Brasil]: 2021. Acesso em: 05 out. 2023.

MAPA (Brasil). **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022/agricultura-familiar>. In: MAPA [Brasil]: 2021. Acesso em: 14 out. 2023.

MAPA (Brasil). **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. In: MAPA [Brasil]: 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/mapa-do-leite/temas-estruturantes/precos-e-contratos/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MAPA (Brasil). **Modelos, Grupos e Status da DAP**. Disponível em: In: MAPA [Brasil]: 2023. Acesso em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/modelos-grupos-e-status-da-dap>. Acesso em: 15 out. 2023.

MAPA (Brasil). **Serviços e Informações do Brasil**. Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). In: Pronaf: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MDS (Brasil). **Cartilha Principais Canais de comercialização para a Agricultura Familiar**. In: MDS [Brasil]: 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha%20Principais%20Canais%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20para%20Agricultura%20Familiar.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

MORISSAWA, M. **A História pela Luta da Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO AGRO (Brasil). Notícias. 22/06 - **Plano Safra 2021/2022 é lançado com Juros a partir de 3%**. In: MOVIMENTO AGRO [Brasil]: 2021. Disponível em: <https://www.movimentoagro.com.br/noticia/127/plano-safra-2021-2022-e-lancado-com-juros-a-partir-de-3#:~:text=O%20governo%20federal%20lan%C3%A7ou%20nesta,para%20a%20equaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20juros>. Acesso em: 15 out. 2023.

NASCIMENTO, E. P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PASSINI, J. J., & Schneider, M. B... (2020). Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural no Brasil: FHC e Lula. **Revista De Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, p. 3-20.

PASSINI, J. J/S, M. B. Revista De Desenvolvimento E Políticas Públicas: Políticas Públicas Para O Desenvolvimento Rural No Brasil, Fhc E Lula. **Redepp**, v. 4, n. 1, p. 03-20, 2020.

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, n. 52, suppl 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura familiar e reprodução social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2007. DOI: 10.5216/sec.v3i1.463. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/463>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Revista Geografias*, v. 1, n. 1, p. 7-25, 2005.

PMU. **Chamada pública para Credenciamento de Grupos Formais e Informais de Agricultores Familiares para o fornecimento de gêneros alimentícios (hortifrúti, ovos de galinha caipira e biscoito de polvilho) da Agricultura Familiar destinado à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino em atendimento a SME.** CH 715/2022. In: PMU: 2023. Disponível em: <https://weblicitacoes.uberlandia.mg.gov.br/weblicitacoes/f/n/licitacoesdetalhescon?modoJanel aPlc=popup&evento=y&codigoEmpresa=1&licitacao=CH%20715/2022>. Acesso em: 29 out. 2023.

PNAE (Brasil). **História Da Alimentação Escolar No Brasil.** In: PNAE [Brasil]. Disponível em: <https://fsp.usp.br/eccco/index.php/2022/11/12/pnae-historia-da-alimentacao-escolar-no-brasil/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PÚBLICA (Brasil). **Governo federal não sabe quantos conselhos foram extintos nem qual será a redução de custos.** PÚBLICA/Agência de jornalismo investigativo [São Paulo, SP]: 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/governo-federal-nao-sabe-quantos-conselhos-foram-extintos-nem-qual-sera-a-reducao-de-custos>. Acesso em: 15 out. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, E. **Titularidade da terra: o sonho dos beneficiários do assentamento rural P.A. Nova Cachoeirinha em Prata-MG.** 2022. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ROSA, G. **Políticas públicas de fortalecimento agricultura familiar sob ataque.** Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/10/13/desestruturacao-das-politicas-publicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 out. 2023.

SAMBUICHI, R. H. R. **IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.** 2022. Texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11615/1/TD_2820_Web.pdf. Acesso em: 10 abr.2023.

SANTOS, A. R. **Ocupar, resistir e produzir também na educação**. O MST e a burocracia estatal: negação e consenso. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-97HJL8>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SANTOS, A. R. **A Gestão Educacional do MST e a Burocracia do Estado**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, C. C. F. **Dos Caminhos e descaminhos da reforma agrária no Triângulo Mineiro: a busca pela autonomia e soberania alimentar no projeto de assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33626/5/CaminhosDescaminhosReforma.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p.109-135, jul. /dez. 2004.

SILANO, A. K.; FONSECA, B. **Governo federal não sabe quantos conselhos foram extintos nem qual será a redução de custos**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/crédito>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, R. M. L da. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan**. 2005. 320 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de rural**. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001.

SNCR (Brasil). **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. Consulta Pública de Imóveis. In: SNCR [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf;jsessionid=Z9IILrRIVAEICBOfydRaVdnW.sncr-web?windowId=231>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SOUZA M. A de Educação **do campo**: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 26, n. 65, p. 109-136, jan.-abr., 2023.

UNESP (DATALUTA). **Banco de Dados da Luta pela Terra** – UNESP. In: UNESP [DATALUTA]: 2023. Disponível em: <http://www2.fct>. Acesso em 20 mai. 2023.

VIEIRA, W.A. **A Territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o Assentamento Emiliano Zapata no Contexto das Políticas Públicas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16216>. pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

WANDERLERLEY, M. de N. B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba- SP, v. 52, supl. 1, p. SO25-SO44, 2014. Impressa em: fev. 2015.

**ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS DO PROJETO
ASSENTAMENTO P. A. EMILIANO ZAPATA (PERGUNTAS E RESPOSTAS
ANOTADAS PELA PESQUISADORA)**

1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

1.1 - Nome: ENTREVISTADA 1

1.2 - Idade: 54 anos

1.3 - Cargo: Presidente da Associação

1.4 - Tempo que está no cargo: 8 anos

1.5 - Assentamento em que reside: P. A. EMILIANO ZAPATA

1.6 - Tamanho do lote: 18.7239 hectares.

1.7 - Participa do PAA: (x) sim () Não

1.8 - Participa do PNAE (x) Sim () Não

1.9 - Sexo: () masculino (x) feminino

1.10 - Situação civil: () solteiro () Casado () Viúvo (x) União estável () Outra

1.11- Quantas pessoas residem nessa propriedade? Cinco pessoas, incluindo a neta.

1.12 - Possui filhos? (x) Sim () não. Se sim, quantos: 2;

1.13 - Idade dos filhos: 21 e 25 anos.

1.14 - Os filhos ou algum outro membro da família reside na propriedade ou trabalham fora?

(x) Sim () Não

1.15 - Quem? Os filhos.

1.16 - O trabalho do outro membro da família que reside na propriedade ou trabalha fora complementa a renda familiar? Sim.

1.17 - Escolaridade do responsável pela unidade produtiva:

Analfabeto Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental Completo

Ensino médio incompleto Ensino médio completo Superior incompleto

Superior completo Pós-Graduação

1.18 - Na propriedade reside algum aposentado? Sim Não

1.19 - Qual a idade? 61 anos, esposo.

1.20 - Qual é o tipo de aposentadoria? Rural Urbana Aposentado por invalidez

1.21 - Há quanto tempo reside no Projeto de Assentamento: Menos de um ano Entre 1 e 5 anos Entre 5 e 10 anos Entre 10 e 15 anos Acima de 15 anos

2 CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

2.1 - Quais são as atividades agrícolas desenvolvidas no lote (cultura/área, alqueire ou hectare):

Em uma área de 18.7239 hectares, são produzidas bananas e mandioca. Da mandioca, são entregues 3 caixas de 20 kg/semana, em um total de 240 kg/mês. Da banana, são 3 caixas de 16 kg/semana, em um total de 64 kg/mês. Produção (ton./sac.): - Números de pés: -No lote não são produzidas hortaliças.

2.2 Produção pecuária:

Vacas leiteiras	“n/d”	Suínos	Sim
Nº cabeças	“n/d”	Quantos	2
Quantos litros dia	“n/d”	Aves	Sim
Gado de corte	“n/d”	Quantas	14
Quantas cabeças	40	Outros animais	Sim

São cinco equinos, sendo: duas éguas, dois cavalos e um potro.

2.3 - É utilizado outro tipo de mão-de-obra além do familiar na produção agropecuária?

Sim () Não

2.4 - Qual é o tipo de mão-de-obra empregada: Agregados/Diárias

() Empregados Permanentes () Empregados Temporários

2.4 - Quantos? Contrato por diária.

2.6 - Em qual fase do processo produtivo? É utilizada mão de obra de fora na época da capina, na formação dos canteiros e, ainda, sistema de mutirão.

2.7 - Em qual fase do processo produtivo? -

2.8 - Como é feita a comercialização da produção? Por meio da Cooperativa, em feiras livres.

2.9 - Quais produtos? Abacaxi, abóbora cabotiá, abobrinha, alface, alface orgânica, almeirão, batata doce, banana prata, beterraba, brócolis, berinjela, cenoura, cheiro verde, cebolinha, couve, couve orgânico, espinafre, rúcula, jiló, limão, mandioca descascada, mandioca, melancia, milho verde, ovos, pimentão, repolho, repolho orgânico, tomate, vargem, alface, couve e cebolinha.

2.10 - Associação/Cooperativas/Agroindústria:

Cooperativa. Qual? - Coopercampa

Associação Qual? - Acampra

Agroindústria. Qual? Mandioca.

2.11- Escoamento:

(x) Mercado local e regional (x) Feira Livre/armazém do campo no mercado Municipal. Há assentados que entregam leite, entrega direta à Itambé.

2.12- O (A) Sr. (a) tem dificuldades para comercializar a produção? (x) Sim () Não

Em caso afirmativo, quais? É necessário ter selo de certificação. A Emater é quem emite o selo.

2.13- Qual é o tipo de assistência técnica utilizada na propriedade? (x) Prefeitura (x) EMATER
() Empresa Privada () Empresa Particular () Não utiliza assistência técnica

2.14 - Em relação à renda (monetária) familiar total mensal, o montante totaliza em torno de:
R\$ 20.000,00 por ano.

() Menos de 1 salário-mínimo () Entre 1 e 2 salários mínimos () Entre 2 e 3 salários mínimos () Entre 3 e 4 salários mínimos () Mais que 4 salários mínimos

2.15 - A complementação da renda familiar mensal é gerada: () Somente por meio da produção agropecuária () Com a aposentadoria () Com outras rendas (x) Trabalho fora da propriedade

3 ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

3.1 - É filiado a alguma associação de produtores? (x) Sim () Não

3.2 - Qual? P. A. Emiliano Zapata.

3.3 - Há quanto tempo? 20 anos.

3.4 - É associado a alguma cooperativa? (x) Sim () Não

3.5 - Qual? Coopercampra

3.6 - Há quanto tempo? 10 anos.

3.7 - É filiado a algum sindicato? (x) Sim () Não

3.8 - Qual? Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberlândia.

3.9 - Há quanto tempo? Diretora, desde 2006.

4. Como era a sua vida e a vida da sua família antes da entrada no Pronaf? Nem sonhava com Pronaf, morava embaixo de uma “casa” de lona e trabalhava no acampamento, organizando os grupos de formação de Educação. Viajava muito, tinha muita dificuldade alimentar. O Incra fornecia cesta básica e havia dificuldades financeiras, pois, precisava efetuar empréstimos; trocava pasto pelo leite das crianças. Após, a vida foi melhorando e espaços sendo conquistados.

5. Integra algum movimento ou organização social. Qual? Sim, no Assentamento, na cooperativa, no sindicato.

6. Como avalia o Pronaf dos anos 2000 até ano 2020, no governo do Presidente Jair Bolsonaro? Informa ser muito difícil, pois o presidente vetou os recursos para a agricultura familiar, Pronaf, PAA, PNAE e Conab. Suspendeu também as compras da safra pela Conab, tirou técnicos ambientais, barrou licenciamento de águas e cessou manutenção de estradas.

O governo beneficiou os grandes e dificultou a vida dos pequenos e muitos estão passando fome. No final, promoveu titulação para enganar os pequenos, pois não havia recursos para o registro da documentação da terra. Como presidente, deveria ter providenciado “tudo pronto”. Seria uma vitória possuir a documentação e enquanto não for registrada a terra, não é possível nem instalar um padrão da Cemig. “É como se a luta não tivesse chegado ao final”, 20 anos e ainda não há titulação.

7. Houve cortes de recursos no programa nos anos do governo do presidente Jair Bolsonaro? Se sim, sabe dizer de quanto? Sim, mas não sabe quanto.

7.1- Se sim, quais os impactos que causou na produção? Faltou dinheiro por parte do governo para comprar a produção, não havia para quem vender

8. Quais os meios utilizados para o escoamento na produção, juntando o corte de recursos e a pandemia mundial do COVID-19? Venda interna ao Assentamento para as cozinhas comunitárias, entrega de cestas nas residências.

9. Houve algum incentivo por parte do governo federal para a manutenção da agricultura familiar nesse ano? Não, não houve nenhum incentivo.

**ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O(A) DIRIGENTE DA
ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA (PERGUNTAS E RESPOSTAS ANOTADAS PELA
PESQUISADORA)**

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1- Nome: ENTREVISTADA 2

1.2 - Assentamento que reside: P. A. Emiliano Zapata

1.3 – Sexo: () Masculino (x) Feminino

1.4 Cargo que ocupa na Associação/Cooperativa: Presidente da Associação.

1.5 Tempo neste cargo: 8 anos.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

2.1 - Nome da Associação/Cooperativa: Acampra/Coopercampa

2.2 - Qual foi o ano de criação/fundação da associação/cooperativa? 2005/2013

2.3 - Com quais objetivos ela foi criada? Foi criada para ter direito a recursos do governo, sem obrigatório subsídio, que seria um fundo perdido. Não seria, então, necessário pagar, não precisaria prestar contas ao governo, só internamente.

2.4 - Quem foram os principais responsáveis pela criação? O Juarez, a Tereza, a Eleuza, o Manezinho, o Jonas, todos os assentados participaram da criação. Todos residem do Assentamento.

2.5 - A associação/cooperativa possui endereço fixo e sede própria? Se sim, onde se localiza? Se não, qual (is) o (s) motivo (s)? Sim, estão localizadas dentro do Assentamento.

2.6 - Qual é a abrangência da associação/cooperativa? Há agricultores familiares de outros municípios ou de outros assentados que são associados? Quais? Sim, Uberlândia, Araguari, Prata e Uberaba.

2.7 - A associação possui atualmente quantos produtores associados? Há planos para ampliar esse número? De que forma? São 65 produtores. Há planos para aumentar por meio de cursos de capacitação.

2.8 - A associação realiza reuniões/encontros entre seus associados? Se sim, com que frequência isso ocorre? () Toda semana () A cada 15 dias () 1 vez por mês () A cada 2 meses () A cada três meses (x) Somente quando surge algum problema/demanda importante () Não ocorrem reuniões. A Associação se reúne quando precisa e a Cooperativa, mensalmente.

2.9 - Quais são as principais reivindicações dos associados? Melhorias, maior auxílio relativo a adubação e sementes.

2.10 - Cite algumas das principais conquistas alcançadas pela associação/cooperativa. Agroindústria, os filhos na administração da cooperativa, melhorias no carregamento.

2.11 - A Prefeitura Municipal de Uberlândia fornece algum tipo de apoio à Associação/Cooperativa? Que tipo de apoio? Fornece técnicos para análise de solo.

2.12 - De quais programas do Governo Federal/Estadual os associados participam atualmente? PAA e PNAE, que fornece para os batalhões.

2.13 - A Associação/Cooperativa participa atualmente do PNAE ou do PAA? Quando e como iniciou esta experiência? A procura ocorreu em meio a debates, cursos. A Cooperativa elabora um plano de fornecimento de produtos, com quantidade e quais alimentos produzem.

2.14 - Quantos associados fornecem alimentos ao programa? Como participam? São 65 associados, que participam por meio da Cooperativa.

2.15 - Houve algum incentivo para a participação no programa? Por parte de quem? De qual tipo? Por parte dos parceiros, dos governantes, do Deputado Gilmar Machado e do Cieps (com documentação, sementes e recursos, processo administrativo).

2.16 - Para o senhor (a), esse programa contribui para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares? De que forma isso pode ocorrer? Sim. Primeiramente, com a ciência de que há escoamento e destino para o produto. Valorização do agricultor familiar, aumento da renda e reconhecimento de forma igual.

2.17 - Qual é a média de recebimento mensal dos agricultores associados que entregam seus produtos para o PNAE e PAA? Varia de 10.000 a 50.000.

2.18 - Com relação à organização coletiva, foco central de uma associação/cooperativa, como é o relacionamento entre os associados? Existem conflitos? De que espécie? Sempre existem atritos, mas conflito, em si, não. Às vezes, as propostas não são aceitas, então é necessário discutir a melhor forma para que seja possível atender a todos.

2.19 - Os associados recebem assistência técnica? De que tipo? De qual instituição? Prefeitura, Emater e Incra

2.20 - Qual é o papel da associação/cooperativa no auxílio às atividades que envolvem o PNAE e o PAA? A Cooperativa trabalha na entrega dos produtos dos assentados, na distribuição, em reuniões na periferia.

2.21 - Em termos de infraestrutura, o que a associação/cooperativa pode dispor a seus associados? Barracão, escritório, veículos menores da associação e demais veículos alugados ou fretados.

2.22 - Houve redução de recursos do Pronaf no período de 2019 a 2022? Se sim, de quanto? De que tipo? Houve redução, não sabe dizer quanto. Houve desestruturação, pois cessou os recursos para investimento.

2.23 - Houve redução/impactos na produção? Sim que tipo? Eram entregues cinco toneladas, e o volume passou a três.

2.23 - Quais as dificuldades encontradas para acessar os recursos do Pronaf? Não havia funcionários para analisar os projetos, o número de funcionários diminuiu. A ordem era estagnar os projetos.